

## ATA DEGRAVADA DA 181ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2013, às nove horas, no plenário da Casa de Direitos Humanos – Sede do CEAS/MG realizou-se a centésima octogésima primeira Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidenta Sra. Maria Juanita Godinho Pimenta, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Henedina Dias Fernandes – CMAS/Japaraíba, Cristiane Nazareth da Silva – ISJB, Júlio César de O. Brum – IMSNS, Fernando H. G. Rezende – SEPLAG, Edir Petrucelli – SEE, Anália Maria Ferreira – COGEMAS, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS-MG, Sérgio Sampaio – Fed. Das APAES/MG, Rosilene Aparecida Tavares – CMAS/Montes Claros, Andréa Medrado – SEDESE, Tanit Jorge Sarsur – SES, Adriana Rocha – SEAPA, Marcos Vinícius Dias Nunes – Fetaemg; conselheiros suplentes: M<sup>a</sup> de Fátima Bergamini – Sind-Saúde, Hélio Noberto – CMAS/Pouso Alegre, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, Ethiara Vieira de Macedo – SES, João Ademar Specht – AJEAS, André Luís de Oliveira Soares – CMAS/Ituiutaba, M<sup>a</sup> Albanita Roberta de Lima – SEDESE; os convidados: Natalia Isadora de Lacerda – Fed. Das APAES MG, Fabiane Ribeiro Silva – PCH Zé Tunin, Gabriel Artur Reis – PCH Sé Tunin, Soraia Leão de Souza – Cimos/MP, Kenia Silva Machado – SESC; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Elizabeth Chalita, Rosalice Tassar, Maria Paula, Angelo. A presidente inicia a plenária: São 9h 20min, vamos dar início à 181ª Plenária Ordinária desse conselho. Vocês têm em mãos a pauta da plenária e também está projetado. Eu estou pedindo inclusão de pauta que é definição de conselheiros para participar da Conferência Municipal que não está aqui e o termo de aceite do Estado para o PET e residência inclusiva que eu vou demonstrar para vocês então eu estou solicitando esta inclusão de pauta. Cumprimentar os convidados, Natália da Federação das Gabriel também do mesmo empreendimento sejam bem vindos a esta Plenária. A nossa pauta de hoje está bastante sequinha, hoje parece que vamos terminar mais cedo, está plenária está também antecedida por várias manifestações que estão ocorrendo no país inteiro, não só em Belo Horizonte, ontem eu estava no Ministério Público eu e o Conselheiro Márcio, e lá haviam muitos jovens em uma manifestação muito calorosa e sem nenhuma complicação, nenhum ato de violência. Os jovens gritando e todos nos prédios aplaudindo, é muito contagiante, agente fica até com vontade de descer. As pessoas gritando embaixo: desce, e venha participar, e todo mundo na janela é muito emocionante. Espero que esta mobilização que está acontecendo no país transforme várias situações de dificuldade que estão ocorrendo, não só em relação ao transporte, mas principalmente há outras questões gastos de recursos. Queria saber se alguém gostaria de incluir alguma coisa ou informes para

37 anotarmos? Os informes sempre ficam para o final da plenária, alguém gostaria? Não?  
38 Tranquilo então. Justificativa de ausência: Márcio Caldeira – ASSPROM está  
39 representando o CEAS em um encontro no Ministério Público, Guilhermina – SEF,  
40 viagem a trabalho; Marcos Vinícius da Fetaemg em viagem e o Luiz George de Lagoa  
41 Santa do Conselho está em tratamento de saúde, são essas as justificativas de hoje.  
42 Nós temos um conselheiro para tomar posse hoje, é o Sérgio Sampaio Bezerra em  
43 substituição à Dalila Marques da Federação das APAES, Sérgio seja muito bem vindo  
44 a este conselho. Eu particularmente conheço a sua trajetória, a federação das APAES  
45 e parceira da SEDESE na execução da alta complexidade acolhimento institucional,  
46 então que você seja muito bem vindo e que consiga nos ajudar a fazer um excelente  
47 trabalho, então, considere-se empossado a partir de hoje como Conselheiro Estadual  
48 de Assistência Social (aplausos). Nós também temos a posse da Anália, mas ela não  
49 chegou, ela foi indicada pelo COGEMAS para a cadeira de titular, não é isso? Mas  
50 como ela ainda não chegou, também temos mais duas posses que também ainda não  
51 estão aqui, então vai ficar para a próxima. Eu gostaria antes de entrar nos informes,  
52 ontem eu estava representando o CEAS junto com o Márcio em um encontro no  
53 Seminário do Ministério Público da América Latina no Ministério Público com relação  
54 ao Seminário de aperfeiçoamento do Ministério Público para empreendimentos  
55 hidroelétricos. A princípio era um seminário fechado, o CEAS teve uma fala de 30  
56 minutos, nós solicitamos vagas para aproximadamente 5 conselheiros e a técnica  
57 responsável por análise de processo mas eles não liberaram para nós a vaga,  
58 entretanto ontem não havia muita participação, eu até fiz essa observação para o  
59 Ministério Público considerando o papel deste conselho com relação à  
60 empreendimentos públicos na aprovação do PAS. O Márcio hoje está lá, pode ser que  
61 o dia de hoje tenha uma conotação diferente, mas ontem eu achei que seria um  
62 encontro muito proveitoso e importante, mas a expectativa não correspondeu, pelo  
63 menos foi a minha avaliação. Eu conversei com o Márcio também ao fim da tarde,  
64 muitas falas e não havia espaço para perguntas, apenas falas cronometradas, acabou  
65 o tempo você não poderia mais falar, o movimento dos atingidos estava lá, o Leonardo  
66 falou, começou às 14:00 horas, mas assim pelo título do seminário eu pensei que  
67 asseria por uma outra lógica. Então cada pessoa colocou a sua realidade com relação  
68 ao papel que eles têm frente ao empreendimento, porém não houve debate para a  
69 plenária. Hoje a mesa é mais com acadêmicos, o segundo dia é mais com  
70 acadêmicos, o Márcio não teve condições de falar por questão de tempo, enfim, na  
71 próxima plenária ele irá dar o retorno dele com relação à opinião deste encontro. Nós  
72 vamos falar agora de informes com relação com relação ao monitoramento com plano  
73 de adequação do SEDES referente ao plano de assistência social – PAS – do

74 empreendimento de Candonga. Quem vai fazer o informe? Vai fazer apresentação de  
75 alguma coisa? VOLNEY – O grupo de monitoramento de Candonga, o empreendedor  
76 nos procurou na última semana, nós os recebemos aqui no CEAS e vieram com uma  
77 situação bastante preocupante para este grupo. Eles trouxeram um relato de que os  
78 atingidos procuraram o Ministério Público de Ponte Nova e segundo a fala dos  
79 empreendedores e o promotor dizendo que se sente em condições de resolver o  
80 conflito dentro de 40 a 45 dias, então eu perguntei ao grupo qual é o posicionamento  
81 jurídico do empreendedor porque pelo que nós entendemos o Ministério Público está  
82 desconsiderando o plano de adequação que foi aprovado por este plenário por uma  
83 resolução e a orientação do jurídico do empreendedor é que eles continuem a seguir o  
84 que foi proposto neste plano de monitoramento, porém a comunidade está recusando  
85 tudo o que foi acordado nas reformas dos imóveis, eles estão revisando, não estão  
86 assinando nada e não estão permitindo os trabalhadores darem continuidade nesse  
87 processo de reforma. Com relação aos outros itens que estão sendo acordados que  
88 não depende da comunidade como, por exemplo, a COPASA, isso vem avançando,  
89 com relação à EMATER o processo já deu uma caminhada também, então eles  
90 trouxeram esta preocupação, porque o plano precisa ser contemplado até dezembro  
91 então eu acho que nós precisamos fazer uma leitura porque nós não sabemos onde  
92 isso vai parar, são consequências disso. Então este é o posicionamento que  
93 gostaríamos de trazer para essa plenária. JUANITA – Só relembrando aos  
94 conselheiros, na plenária do mês passado nós aprovamos a metodologia de  
95 acompanhamento, e naquela metodologia de acompanhamento foi mantida a questão  
96 de que quando houvesse alguma questão judicial, a permanência deste processo  
97 manteria no CEAS, inclusive o acompanhamento, então independente do Ministério  
98 Público estar conduzindo pelo o que eu entendi, nós vamos continuar com o plano de  
99 ação e o acompanhamento das ações. VOLNEY – Exatamente, porém está ocorrendo  
100 esta resistência por parte da comunidade. JUANITA - Inclusive a fala do Volney me  
101 traz uma lembrança das falas que aconteceram ontem no Ministério Público porque  
102 Candonga foi citada como exemplo. Lá apresentava-se um estudo de caso, então os  
103 expositores que trabalharam lá ontem, inclusive uma professora da UFMG, a Andréa  
104 Zuri falava da dificuldade no estado de separar a questão ambiental do social, que é a  
105 nossa legislação. Por mais que se estejam juntos, entretanto são dois fatores que as  
106 análises dessa situação, e ela colocou para todo mundo que na questão dos órgãos  
107 ambientais não há profissionais habilitados para fazer análise social, então são dois  
108 momentos: a dificuldade de separar a análise social do ambiental, igual em Minas  
109 Gerais e a outra questão indo para o meio social, lá no meio ambiente não existe  
110 profissional habilitado nesta área para fazer análise, interpretação e procedimentos

111 necessários para. Então isso foi colocado lá inclusive pela professora da questão  
112 particular de Minas Gerais com relação a empreendimentos híbridos. VOLNEY – E  
113 outro fato que me chamou muito atenção também foi que os empreendedores  
114 solicitaram o conselho municipal de assistência social de Santa Cruz do Escalvado  
115 para participar da plenária, e me parece que este foi negado. Então nós esclarecemos  
116 que estas plenárias são públicas e abertas então isso também me preocupa muito,  
117 este tipo de ação de um conselho municipal de assistência social. Um outro relato foi  
118 também de que as lideranças do movimento dos atingidos foram às rádios da cidade e  
119 neste meio de comunicação informando que teriam outros ganhos neste processo uma  
120 vez que o Ministério Público está entrando. Eu até sugeri ao grupo que se fosse  
121 possível nos deixar ter acesso à estas gravações para que depois nós possamos fazer  
122 nossas avaliações por este plenário. Estes foram dois fatos que me chamaram muito a  
123 atenção. Esta negação do conselho municipal nós esclarecemos aos empreendedores  
124 que as plenárias são públicas e abertas, e que eles têm sim direito de participar, mas  
125 estão colocando uma certa dificuldade uma vez que a presidente do conselho  
126 municipal de assistência é ligada às duas lideranças do movimento, então isso me  
127 preocupa também e eu acho importante este plenário ter este conhecimento.

128 ROBERTA – Bom dia a todos eu só queria complementar essa fala do Volney dizendo  
129 o seguinte, nada que o Volney trouxe aqui uma novidade do ponto de vista do conflito  
130 que tem acontecido em Candonga, claro que agora que esta com um elemento novo  
131 que é o Ministério Público. O que aconteceu foi que os atingidos entraram com uma  
132 ação e o Ministério Público acolheu a denúncia, uma denúncia feita em relação à  
133 SEDESE, e claro o CEAS, porque o CEAS tem uma resolução que aprova deliberando  
134 para que a SEDESE coordenação este plano de pactuação que do ponto de vista do  
135 grupo dos atingidos não foi satisfatório. Por exemplo, quando o Volney traz essa  
136 questão de que dentro das ações do plano de pactuação tem a reforma das casas, o  
137 consórcio havia trazido essa questão de que as pessoas não deixavam eles entrar  
138 para reforma de cozinha, para reforma de uma série de outras coisas que foi  
139 pontuada, até da caixa d'água. Isso não sei, se o grupo que foi em visita in loco  
140 percebeu algum comentário, porque isso é a fala do consórcio. A SEDESE foi  
141 chamada pelo Ministério Público para uma reunião em relação à pauta desta denúncia  
142 e o que nosso secretário adjunto que compareceu, o Juliano, compactuou com o  
143 Ministério Público é que o Ministério Público não desconsiderasse essa pactuação que  
144 foi realizada com a SEDESE porque a SEDESE é acordada com o conselho foi toda  
145 uma caminhada feita e discutida aqui que não pode ser jogada por terra, mas paralelo  
146 à isso o grupo de atingidos está colocando como um elemento novo o Ministério  
147 Público e isso está fazendo um movimento na comunidade, por um outro lado a

148 posição do Ministério Público é a seguinte: ele vai entrar como mediador, e deixou  
149 claro que não quer a representação do Leonardo e não quer conversar apenas com o  
150 grupo de atingidos do qual fazem parte o senhor Geraldo e o senhor Antônio, quer  
151 conversar com outras representações da comunidade, então isso de certa forma é  
152 uma coisa boa. Nós marcamos uma reunião com o consórcio porque como a SEDESE  
153 foi chamada também para o Ministério Público, a SEDESE institucionalmente está  
154 entrando nesta conversa e se posicionando, naquilo que foi atribuído à SEDESE e  
155 naquilo que foi deliberado por este conselho. Nós temos uma reunião na semana que  
156 vem para acertar essas questões com o consórcio do ponto de vista dessas ações do  
157 plano, o Volney lembrou muito bem que o plano vai até dezembro e nós estamos  
158 percebendo que de certa forma existem algumas questões que estão morosas e que  
159 precisam ser aceleradas, é esta a nossa conversa, agora por um outro lado o  
160 consórcio está com algumas indagações porque se o Ministério Público pactuar um  
161 outro plano com ele e não considerar esse plano ele vai ter que fazer essas duas  
162 execuções. O que vamos ter que interferir é, que se for o caso tentar aprimorar esse  
163 plano do CEAS, pois quem vai ganhar são os atingidos. Então eu acho que se nós  
164 conseguirmos isso no Ministério Público será um ganho para os atingidos, porque se  
165 fizer algo paralelo e começar do nada essa coisa não vai ter fim, que foi uma das  
166 discussões que foi feita com o Ministério Público. Bom, duas questões que eu gostaria  
167 de colocar aqui Evânia são as seguintes: A presidente do conselho de assistência  
168 social não está envolvida, ela é atingida, então ela é atingida e tem uma liderança  
169 junto com o senhor Geraldo e o senhor Antônio e a tendência de discussão dela no  
170 conselho é só nestas duas lideranças. Isso é uma coisa para o CEAS olhar porque o  
171 conselho fica a mercê dessas duas lideranças, o conselho municipal só faz o lado  
172 dessa liderança, tanto é que quando quer participar, quando não quer participa,  
173 quando quer institui o conselho enquanto órgão institucional e quando não quer, então  
174 isso é uma coisa que precisávamos ver no grupo de monitoramento, de que forma  
175 este conselho está se posicionando. E a outra questão que fico me perguntando,  
176 porque não estava na outra plenária, quando falam que o conselho vai avaliar estas  
177 questões judiciais, a minha pergunta é como! Essa proposta de monitoramento que foi  
178 colocada na metodologia, à questão judicial não tem como o conselho acompanhar. A  
179 partir do momento que judicializou a ação, foge do controle desta plenária totalmente,  
180 quer dizer se eles não estão conseguindo acompanhar, monitorar as ações que estão  
181 no plano que já é um desafio enorme, eu fico imaginando essa questão, eu queria ter  
182 um esclarecimento. Eu queria saber se nesta questão judicial, na metodologia de  
183 monitoramento, o que foi colocado? JUANITA - Conselheiro Marcelo, ele pediu fala,  
184 então ele aproveita e responde a conselheira Roberta. MARCELO – Respondendo a

185 Roberta no que diz respeito à questão judicial, o que foi discutido foi que o fato de  
186 haver uma ação judicial, não era impeditivo para que o conselho continuasse com o  
187 monitoramento, pois a discussão que se teve foi essa. O mal entendimento que o  
188 conselho teve é justamente esse: uma coisa é a ação judicial que está sendo  
189 proposta, e a outra é o monitoramento que o CEAS está fazendo, então foi neste  
190 aspecto que nós discutimos. JUANITA – Conselheira Roberta. ROBERTA – Porque se  
191 eu bem me lembro da proposta da metodologia, o que foi proposta na metodologia em  
192 nenhum momento foi isso, de dizer assim: porque tem ação judicial você tem que  
193 monitorar. O que foi proposta na metodologia foi que, todos os casos, por exemplo,  
194 como a questão de registro do imóvel, isso nós vamos cobrar, por exemplo, se são 20  
195 que faltam registrar, e desses 20 existem 10 que estão na justiça, isso nós não temos  
196 como controlar, o máximo que nós vamos ter é informação, agora não significa que  
197 vamos deixar de monitorar. Em nenhum momento na metodologia foi proposto o  
198 contrário. Eu não entendi porque na metodologia dizia o seguinte dentre outras coisas,  
199 o monitoramento exceto dos casos que foram judicializados, porque nos casos que  
200 são judicializados você não monitora. É isso que eu não entendi a colocação, inclusive  
201 a colocação da Juanita, pois a metodologia estava muito clara de dizer que você  
202 monitora exceto os casos que estão judicializados. JUANITA - É que na verdade  
203 quando o Volney coloca essa situação, eu trouxe à tona a discussão da última plenária  
204 com relação à metodologia, somente para lembrar aos conselheiros que mesmo indo  
205 para a justiça esse CEAS vai continuar acompanhando, e o acompanhamento desta  
206 lógica que o Marcelo falou. Se está no plano de ação da SEDESE que foi estabelecido  
207 com o empreendedor o CEAS continua monitorando mesmo tendo ido para a justiça, é  
208 isso que nós esclarecemos aqui agora. Mais alguma coisa Volney, Marcelo quer  
209 colocar mais alguma coisa? MARCELO – O Volney apresentou algumas questões, e  
210 fala das situações em que os atingidos estão propagando, inclusive de fita que estão  
211 pegando, eu acho que não devemos preocupar com isso neste momento, pois  
212 devemos nos ater especificamente aquilo que realmente importa, isso em meu  
213 entendimento já é algo passado, e que nós temos que trabalhar em cima do  
214 monitoramento dos cinco itens que foram pautados e que nós vamos monitorar. Então  
215 eu penso que nos ater a este monitoramento único e exclusivamente, prevalecer em  
216 nosso entendimento essas deliberações que defendemos no conselho Estadual e a  
217 situação que posta hoje no que diz respeito à mediação que o ministério público está  
218 trabalhando, eu penso que temos que estar em consonância com o ministério público,  
219 mas em defesa daquilo que nós vivenciamos ao longo deste período. Como a Roberta  
220 disse, se for possível agente aprimorar o que já trabalhamos até então, muito bem, o  
221 que não pode, em meu ponto de vista, é pelo fato do ministério público atuar no

222 processo, nós recolhermos e deixarmos de defender aquilo que nós estamos  
223 defendendo desde o início do processo. JUANITA – Para finalizar Marcelo, o que nós  
224 estamos falando aqui na verdade é a mesma coisa. Eu só não concordo quando você  
225 fala da questão que agente não deve se ater a estas questões que são colocadas pelo  
226 Volney, eu acho que agente tem que se ater sim porque se o empreendedor está  
227 colocando a dificuldade dele no âmbito da comunidade de executar aquilo que foi  
228 proposto no plano de ação, então é uma preocupação nossa sim, pois vai chegar no  
229 monitoramento, não vai se cumprir a ação e vamos cobrar do empreendedor. Então  
230 quando o empreendedor solicita o grupo de monitoramento, a pauta para conversar  
231 sobre essa dificuldade. Eu penso que temos que nos preocupar e pensar de que forma  
232 vamos trabalhar esta situação até para que não tenhamos êxito na realização e  
233 execução do plano. ROBERTA – E apenas para dar mais um informe, a SEDESE já  
234 finalizou o processo de contratação da entidade na questão do terreno, então  
235 possivelmente nós vamos ter problemas para frente, afinal do ponto de vista do  
236 mercado, e do ponto de vista do que ficou estabelecido na resolução, não vai atender  
237 a expectativa deste grupo porque esta plenária precisa entender o movimento que  
238 este grupo de existência está fazendo em relação a não solução do problema. É isso  
239 que a Juanita chama a atenção. Nós precisamos falar assim que quando agente entra  
240 nisso nós temos que proteger inclusive os demais atingidos que estão nesta questão  
241 do movimento. A todo momento tem sido colocado isso, o grupo de resistência forte,  
242 não deixar completar as ações, levantando a expectativa dos demais atingidos pois  
243 pode vir coisa melhor, por exemplo, dizendo, não aceitem isso não pois virá coisa  
244 melhor como uma indenização, etc, e isso vai criando um bloco de resistência que eles  
245 não conseguem encobrir essas ações aqui, e eu não tenho dúvida de que no momento  
246 em que a entidade for fazer a avaliação do terreno e propor essa questão de que foi  
247 colocada na resolução e esta questão for publicitada, a resistência será maior porque  
248 a expectativa deles em relação à isso é maior. Então nós precisamos entender isso e  
249 perceber isso, e saber de que forma vamos lidar com isso, porque senão o que vai  
250 acontecer, eles foram tentando os espaços, agora foram ao ministério público, e este  
251 está de olho e percebendo inclusive essa manipulação, por este motivo eles deixaram  
252 bem claro com quem vão negociar e de que forma quer negociar. Outra questão foi de  
253 quando o Juliano colocou a possibilidade do ministério público se ater à pactuação que  
254 foi deliberada por este conselho. ROBERTA – Conselheiro Marcelo, por favor.  
255 MARCELO – Conselheira Roberta, você que participou daquele processo junto ao  
256 ministério público, eu queria apenas um esclarecimento, o fato de o ministério público  
257 estar promovendo uma mediação, vai começar uma mediação, eu pergunto: nós já  
258 pactuamos aqui que o empreendimento te até dezembro para cumprir o nosso

259 cronograma, em cima da mediação que o ministério público está promovendo, este  
260 prazo não cairia por terra? ROBERTA - Veja bem, eu acho que é o que agente vem  
261 discutindo com o consórcio é o seguinte, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra  
262 coisa. Uma coisa é a obrigação que o consórcio tem constitucional e legal com este  
263 conselho. Ele vai cumprir com este plano que foi pactuado aqui. A outra coisa é a  
264 acolhida da denúncia que o ministério público fez. Ele vai agir do jeito que ele  
265 entender. Nós estamos tentando interferir para poder agir da melhor forma, mas ele  
266 poderia nem estar nos chamando e fazer do jeito que ele quiser. E aí o consórcio vai  
267 cumprir aquilo que o ministério público deliberar para ele. Aí é outro problema. Na  
268 verdade o consórcio hoje está em uma situação difícilíssima, porque ele vai ter que servir  
269 os dois. Ele vai ter que servir a esta resolução do conselho que foi pactuada e ao  
270 ministério público. O que nós estamos tentando fazer, é que essas duas coisas  
271 possam ser feitas. Nós da SEDESE estamos tentando entender Marcelo que  
272 possamos ser mais um parceiro para pressionar o consórcio à cumprir o que foi  
273 deliberado aqui, agora a ação do Ministério Público não interfere em nossa ação. São  
274 coisas distintas. JUANITA – Bom, nós temos que esperar cenas dos próximos  
275 capítulos em relação A isso, não vamos nos antecipar. Retornando à posse de  
276 conselheiros, eu vou voltar a este ponto porque a conselheira Anália Maria Ferreira  
277 chegou um pouco atrasada, e nós vamos empossa-la como titular agora na cadeira do  
278 COGEMAS em substituição à Elizabete Leitão, nós recebemos um ofício do presidente  
279 do COGEMAS fazendo a indicação, então ela deixa a cadeira de suplente para ocupar  
280 a cadeira de titular (aplausos). A suplente indicada pelo COGEMAS não compareceu  
281 para tomar posse (fala ao fundo). Seguindo a nossa pauta vamos passar para os  
282 informes da 10ª Conferência Estadual de Assistência Social, eu peço à equipe para  
283 projetar para gente, eu como presidente da comissão da conferência também, gostaria  
284 de trazer para todos em que pé está a organização da 10ª Conferência Estadual para  
285 conhecimento. Ontem a comissão reuniu novamente, então aqui nós vamos dar a  
286 visão para vocês de como está a conferência. Conforme vocês sabem vai acontecer  
287 do dia 16 ao dia 18, o local vai ser no hotel Tauá em Caeté, eu já peço para todos os  
288 conselheiros para grampearem sua agenda considerando que nós vamos ter 2 dias e  
289 meio de bastante trabalho nestes dias, a programação que está aí está difícil de ver,  
290 mas eu vou trazer para vocês verem como nós organizamos a programação da 10ª  
291 conferência. No dia 16, de 08:00 às 15:00 horas será feito o credenciamento, aquele  
292 credenciamento normal que agente faz em toda conferência, que fica disponível no  
293 espaço para que a medida que as pessoas forem chegando, elas vão fazendo o  
294 credenciamento. De 11:00 às 12:00 horas o almoço, às 13:00 horas uma abertura  
295 simbólica da conferência, 14:00 horas, votação do regimento interno, às 15:00 horas

296 um painel temático, neste painel temático terá a apresentação do estado e do CEAS,  
297 do estado a prestação de contas e do CEAS a avaliação da prestação de contas, às  
298 16:00 horas o debate, às 17:00 horas a abertura oficial, e as 18:00 horas o jantar. De  
299 19:00 às 22:00 horas terão oficinas simultâneas, com a temática para subsidiar os  
300 delegados nas deliberações, então vão ocorrer 2 oficinas paralelas, nós juntamos os 6  
301 eixos, 3 eixos em uma oficina e os outros 3 em outra oficina. Então juntamos os eixos  
302 de gestão de programa, gestão de benefícios e regionalização. E a segunda oficina vai  
303 ser com o financiamento, vigilância e gestão do trabalho, então serão 2 oficinas que  
304 terão profissionais falando sobre a temática, com espaço amplo para debates para que  
305 na hora das oficinas de trabalho e nas deliberações os conselheiros estejam com  
306 subsídio para tomada de decisão. Encerra-se às 22:00 horas nesse primeiro dia, e dia  
307 17, no segundo dia às 8:00 horas da manhã a plenária de orientação dos trabalhos em  
308 grupo para a escolha do CEAS que é a eleição da sociedade civil, às 9:00 horas é a  
309 apresentação dos representantes de entidades e conselhos do processo de escolha  
310 do CEAS, como você sabe, de acordo com nossa resolução as entidades tem que  
311 habilitar anteriormente ao CEAS, então lá o CEAS já vai fazer a apresentação das  
312 entidades e dos representantes que vão concorrer no processo de escolha. De 9:00 às  
313 19:00 horas, o dia inteiro vai ocorrer o processo de escolha no CEAS. É uma atividade  
314 paralela onde nós vamos ter as urnas para representação, para que todos os  
315 candidatos façam sua articulação para ele ser votado. De 10:00 às 12:00 horas os  
316 trabalhos em grupo se inicia, são 20 grupos para ser trabalhado os instrumentais da  
317 conferência, que serão dois. Às 12:00 horas será o almoço, de 14:00 às 19:00 horas  
318 retornam para o trabalho em grupo, vamos trabalhar as deliberações, a avaliação da  
319 gestão do SUAS em âmbito do estado e a avaliação das últimas deliberações das 4  
320 últimas conferências posterior aos SUAS, 19:00 horas o jantar, 20:00 horas a  
321 apuração dos votos, e haverá atividade paralela, aqui não esta descrita mais haverá  
322 um happy hour, às 20:00 horas confraternização que é o famoso bailinho para as  
323 pessoas descansarem pois agente trabalha muito na conferência. Às 8:00 horas da  
324 manhã a conferência final com a escolha de delegados, às 13:00 horas encerra-se a  
325 conferência, 13:30 almoço. Eu gostaria de comunicar que este ano nós conseguimos  
326 pagar todas as despesas para a sociedade civil e governo, almoço e hospedagem pra  
327 todos 1.100 conselheiros no hotel Tauá. Eu gostaria de falar também que está sendo  
328 realizado no hotel Tauá por impossibilidade de outro espaço em Belo Horizonte, nós  
329 tentamos Expo Minas, Minas Centro, o SESC a principio tinha nos garantido, mas  
330 depois nós recebemos um ofício do diretor falando que não teria possibilidade  
331 considerando o grande número de pessoas e a logística que o CEAS sempre precisa  
332 pois eles estão em reforma para a Copa, então eles estão recebendo eventos para no

333 máximo 400 pessoas que é o que já está possível de ser utilizado no SESC.  
334 Entretanto nós identificamos também, quando eu e a Consolação estivemos lá, que os  
335 valores do SESC atuais não são os mesmos que antigamente, subiram bastante,  
336 então se nossa conferência fosse lá acaba que não iria dar uma diferença tão grande,  
337 nós ficamos com medo de dar uma diferença muito grande, mas não foi, e como este  
338 conselho na programação passada aprovou a reprogramação de saldo, onde nós  
339 aprovamos este recurso para realização da conferência então vai ser possível a  
340 realização no hotel Tauá e com o pagamento para todos os conselheiros, isso é uma  
341 forma inclusive de possibilitar que todos participem considerando a dificuldade que os  
342 conselheiros falam toda vez para gente dos gestores municipais não disponibilizarem  
343 transporte, diária, e todas essas dificuldades. Então nós estamos agora em um  
344 processo de organização da logística de transporte, vai sair de onde, quantos ônibus,  
345 pois isso vai ser garantido também, (fala ao fundo) não vai ser apenas de Belo  
346 Horizonte para o Hotel Tauá, do município ele vai ter que arcar com o transporte.  
347 Então é essa forma que está à organização da conferência, nós ontem trabalhamos na  
348 perspectiva da programação e também eu trago para conhecimento de vocês, o  
349 processo de escolha do representante da sociedade civil e dos conselhos, essa minuta  
350 terá uma resolução que terá que ser aprovada aqui no CEAS (falas ao fundo). Saindo  
351 da programação da 10ª conferência agente já entra para o início da conferência  
352 Estadual, que são as 15 Conferências Estaduais que está apresentado para vocês que  
353 inicia dia 20 de agosto, nas conferências regionais os conselheiros também  
354 participam, vai 1 conselheiro Estadual, 1 representante do órgão gestor, e vai a  
355 secretaria técnica porque a conferência regional tira delegados do município de porte 1  
356 e 2 então inicia-se o processo dia 20 de agosto na próxima plenária nós conversamos  
357 sobre os nomes dos conselheiros que estarão nas conferências regionais. A próxima  
358 tela é o planejamento (falas ao fundo), a programação dos encontros regionais  
359 também, porque praticamente a logística de todos os encontros regionais já estão  
360 organizados, só estamos com problemas em 2 mas a questão é interna que vamos  
361 resolver, então esta organização já está praticamente pronta. De 08:00 às 09:00 horas  
362 então o credenciamento, as 09:00 horas o painel temático de análise do SUAS, vai  
363 iniciar o debate CEAS, COGEMAS, URCMAS e SEDESE, nós vamos colocar na mesa  
364 2 representantes do controle social, 2 representantes da gestão, o estado e município  
365 e eu estou propondo agora a participação do ministério Público, e eu vou explicar  
366 porque. Primeiro porque nós estávamos no âmbito da SEDESE construindo a proposta  
367 da central de vagas, inclusive com o decreto do governador regulando inclusive por  
368 causa da resolução do CEAS, entretanto nós tínhamos feito o 1º edital piloto na região  
369 metropolitana para habilitar entidades para prestar os serviços para a SEDESE

370 comprar vaga, entretanto nós fomos chamados pelo ministério público onde solicitou  
371 incluí-los nesta conversação considerando que o intuito da central de vagas é acolher  
372 a rede institucional para criança e adolescente, eles pediram para participar do  
373 processo e lá no CEAS nós estamos com um workshop institucional lá dentro na  
374 criação da proposta da central de vagas, colocar no papel como vai se materializar a  
375 central de vagas. Nós recebemos inclusive a princípio o ministério público por meio do  
376 CAO da infância e da juventude da Dra. Andréia, Dra. Paola e Dr. Celso promotor de  
377 justiça nos procurou, a princípio com o secretário muito nervosos e preocupados e  
378 foram bastante ríspidos a princípio. Nós estávamos indo contra todas as diretrizes, que  
379 o espaço que eles conseguiram com muito trabalho, o CEAS e o SEDESE a partir  
380 daquela organização que estava propondo, poderia por em terra todo o trabalho  
381 organizativo que o ministério público já estava conseguindo com muito custo, foram  
382 praticamente 3 horas de reunião na SEDESE comigo e com o secretário, e com a sub  
383 secretária Carmem de direitos humanos. Quando nós fomos explicando eles foram  
384 compreendendo mais não aceitando de imediato. Em um primeiro momento nós  
385 achamos viável tirar o edital do ar, suspender o edital em um primeiro momento, inserir  
386 o ministério público no workshop para eles verem com qual cuidado nós estamos  
387 pensando na organização desse serviço. Então está sendo um debate caloroso, mas  
388 muito interessante, inclusive na próxima reunião que será na segunda-feira, não vou  
389 poder estar pois estarei em Nova Lima porém pedi à Roberta para conduzir essa  
390 discussão para mim, que inclusive será no ministério público, pois estamos alternando  
391 o workshop na Cidade Administrativa e no ministério público. Nesta reunião vai entrar  
392 o procurador de justiça no workshop. Então eu como gestora fiquei bastante  
393 descansada e feliz com a entrada deles porque não está sendo fácil pensar na central  
394 de vagas. Tirar a central de vagas do papel, com a complexidade que é realizar  
395 acolhimento institucional e ainda com a efetivação da lei da proteção básica que ainda  
396 não está conforme está a resolução. Então conforme estamos discutindo e fazendo  
397 tempestade de ideias nós vemos quão vai ser difícil este nosso desafio. Então com a  
398 entrada de outros atores que não é o nosso grupo, estamos possibilitando inclusive  
399 ouvir deles questões que em nosso quadrado nós não pensávamos nesta lógica.  
400 Então ontem quando eu saí da comissão da conferência eu inclusive me perguntei  
401 porque eu não expus isso na conferência? Eu lembrei de nós sugerirmos de convidar  
402 o ministério público, por meio do Cal da infância e da juventude para estar nesta mesa  
403 de debate conosco, nas 15 conferências regionalizadas, porque qual é a nossa  
404 proposta, de pedir que esses quatro atores na mesa falem da questão da  
405 regionalização do SUAS, da gestão do SUAS no âmbito do Estado, do Município, e do  
406 controle social do CEAS e da URCMAS que representa aquela região ali. Então eu

407 penso que seria rico inclusive de colocarmos o ministério público para potencializar a  
408 nossa conversa. Eu estou fazendo esta proposta porque é inovador o que nós  
409 estamos propondo nestes encontros regionais, é que nós em um determinado  
410 momento vamos soltar um instrumental para essas conferências regionais para que os  
411 municípios apresentem propostas para regionalização dos serviços, o que o próprio  
412 município de pequeno porte 1 e 2 nos apresente proposta, o que eles entendem, de  
413 que forma eles acham que deve ser a regionalização do serviço de assistência social  
414 no âmbito de alta complexidade da temática também, então nós vamos soltar o  
415 instrumental para que eles articulem as propostas, eles vão ter tempo de colher a  
416 assinatura, para encaminhar à mesa essa proposta, e a nossa proposta é levar essas  
417 propostas, inclusive a da conferência Estadual considerando que nós temos um eixo  
418 que é a regionalização. Eu acho que agente tende a errar menos quando você tem a  
419 participação de mais atores neste processo, apesar da complexidade desta temática, e  
420 eu acho que seria um momento importante para eles participarem deste processo, e  
421 até pra gente entender por mais que agente já conversou em outros encontros  
422 regionalizados, da temática da regionalização, isso agente conversou muito no grupo  
423 de trabalho ontem, entretanto é um tema que tem que ser voltado várias vezes porque  
424 nós não conseguimos avançar, e não é porque nós não conseguimos avançar em  
425 Minas Gerais, isso é uma situação dificultosa no país inteiro, e já que vai ser algo a ser  
426 feito no âmbito de município de porte 1 e 2 nós entendemos que agente tem que  
427 participar deste processo inclusive de construção. Então de 09:00 horas às 12:00  
428 horas será o processo de debate com os quatro atores e estou pedindo para incluir  
429 mais um, e peço para que analisem esta minha proposta, 12:30 horas inicia-se o  
430 momento de articulação das propostas, sendo que estas têm que ter a assinatura de  
431 no mínimo 25% dos participantes de cada encontro. As propostas sobre o tema podem  
432 vir de um município ou da região. Haverá um instrumental próprio. Como nós  
433 discutimos isso ontem, a secretaria executiva irá fazer a proposta do instrumental para  
434 apresentarmos para a próxima reunião do grupo, das 13:00 às 14:00 horas é o  
435 almoço, às 14:00 horas as propostas serão entregues à mesa, é o prazo para entrega  
436 das propostas, esse tempo maior é para eles articularem na coleta de assinaturas, às  
437 14:00 horas a leitura das propostas para validação pelos participantes. O processo de  
438 escolha da sociedade civil inicia-se às 14:00 horas, às 16:30 horas a apresentação  
439 dos delegados eleitos, e encerra-se às 17:00 horas. Conselheira Roberta também é da  
440 comissão de conferência, ela gostaria de falar algo (falas ao fundo). ROBERTA – Eu  
441 gostaria de falar da entrada do MB que você sugeriu Juanita, eu acho que foi uma  
442 lembrança bem forte para todos nós e importante, pelo seguinte fato, quando nós  
443 estamos discutindo a questão da central de vagas com o ministério, é importante que

444 este conselho saiba que: na época em que fizemos a resolução do CEAS, que  
445 aprovou a questão da regularização do serviço regionalizado isso foi uma  
446 preocupação nossa de trabalhar a regionalização do serviço no âmbito de criança e  
447 adolescente devido à questão do vínculo familiar. Quer dizer, o que o Ministério  
448 público está assustado, apavorado, porque ele está entendendo que se não  
449 institucionalizarmos a criança e o adolescente no ponto de vista regionalizado, nós  
450 vamos quebrar protocolos e vamos inviabilizar o retorno dessas crianças para casa,  
451 vai ficar mais difícil. Por que se uma criança institucionalizada no seu município já é  
452 difícil o seu retorno para casa, se você colocá-la de forma regionalizada, ou seja, em  
453 um município fora do seu é mais difícil. E o pavor do ministério, talvez até por não  
454 conhecer as bases e princípios das diretrizes do SUAS e de nós estarmos criando  
455 novamente esses abrigos que caracterizam um pouco a FEBEM e esses abrigos que  
456 ele vem trabalhando de uma forma muito árdua no sentido da desinstitucionalização.  
457 Por exemplo: ele tem pego abrigos com 100, 200 crianças, e está sendo difícil retornar  
458 com estas crianças para casa. Então isso eles foram muito claros em discutir conosco.  
459 Então fomos fazer uma avaliação se agente não deixou claro no edital de central de  
460 vagas o que nós escrevemos na resolução, porque a resolução traz um pouco do  
461 princípio desta guarda que nós estávamos preocupados na época. Então marcamos  
462 estes workshops para entrar nisso. É o que a Juanita falou e o que eu acho que esta  
463 vinda deles na discussão do serviço regionalizado nestes encontros irá nos ajudar,  
464 primeiramente porque eles vão entender melhor o SUAS, vão nos ajudar a colocar um  
465 pouco a ferida que nós desenhamos no SUAS que é o serviço regionalizado, veja  
466 bem, quando trabalhamos média complexidade, já começamos a trabalhar direito da  
467 criança e adolésce, quando fizemos CREA regionalizado, tivemos sérios problemas de  
468 violação do ponto de vista da institucionalização o risco é maior. Então eu acho que é  
469 muito bem vindo. Não sei se eles terão representantes para todos os encontros, mas  
470 acho que é uma oportunidade de conhecerem o desenho do SUAS e o SUAS também,  
471 quer dizer nós atores do SUAS também compreender essa vigilância que o ministério  
472 público tem em relação à questão da proteção da criança em seu seio familiar, porque  
473 isso na medida em que nós estamos ofertando o serviço, nós corremos este risco, de  
474 forma regionalizada. JUANITA – E só para fechar essa questão, quando eu digo que  
475 fico feliz e mais confortável. Não é que o ministério público quer “pitacar” na gestão  
476 não, estamos conseguindo isso para vir à tona esta questão, está conseguindo trazer  
477 outros atores para falar com o SUAS, pois não estamos somente nós neste processo  
478 conversando. Inclusive quando vi o e-mail da solicitação do promotor de justiça eu  
479 achei um muito importante de vir, inclusive trazer outras pessoas para falar. O SUAS  
480 está em uma outra lógica, então eu acho que é mais um ator e por isso nós temos que

481 pensar na possibilidade dele estar indo sim. Então quem quiser falar algo nós vamos  
482 abrir um espaço para depois finalizar, ok? Com relação aos convidados para a  
483 conferência Estadual, são 60, o grupo decidiu que fosse 20 vagas para Universidades  
484 onde tem o curso de assistência social, uma vaga para cada universidade, para os  
485 trabalhadores do SUAS 02 vagas, ministério público, assembleia, comissão de  
486 participação popular e comissão de direitos humanos, SETE que é e secretaria de  
487 trabalho e emprego e SEDS será 01 vaga para cada um então serão 06 vagas, casa  
488 dos direitos humano 01 vaga para cada conselho, totalizando 17 e o restante para  
489 avaliação de casos isolados que apresentar demanda, então como vocês estão vendo  
490 todos os convidados tem afeto ao SUAS e que agente precisa conversar com essas  
491 pessoas. Outras informações: estão verificando a possibilidade de uma apresentação  
492 cultural na abertura estudantes de serviço social serão convidados para fazer parte da  
493 relatoria dos grupos de trabalho da conferência Estadual, lembrando que os  
494 convidados vão por conta própria, não estão nesta conta que nós colocamos e isso  
495 tudo será informado ao convidado, então para participar do processo de relatoria eles  
496 irão contribuir com a conferência. Agora o processo de escolha dos representantes da  
497 sociedade civil nos conselhos municipais. Eu gostaria de falar que esta resolução  
498 passou pela reunião da mesa diretora onde a mesma fez várias contribuições e  
499 finalizou ontem com a reunião do grupo da conferência. Então eu vou fazer a leitura  
500 (falas ao fundo), eu pergunto a vocês: abre para o debate ou vai direto para a leitura  
501 da resolução? ROBERTA - A minha opinião é que nestes itens que possuem debate,  
502 então depois vamos para a resolução como um todo senão irá ficar muito ruim.  
503 JUANITA – Vocês concordam? Quem está inscrito. Conselheiro Volney, por favor.  
504 VOLNEY – Com relação às propostas, me parece que aqueles grupos para o encontro  
505 da regionalização, eu gostaria de sugerir que colocássemos um número de propostas,  
506 porque dependendo do número de grupos, eles vêm com propostas demais e eu acho  
507 que deveria ser algo mais enxuto, então nós deveríamos limitar o número de  
508 propostas não é Juanita? JUANITA – Na verdade é assim. Se é 25% de assinatura  
509 que ele tem que ter para apresentar a proposta já vai reduzir desta forma, por  
510 exemplo: em um encontro que serão 300 participantes, a mesa só vai receber a  
511 proposta se a mesma estiver com 25% de 300 assinaturas na proposta, então com  
512 isso limita (falas ao fundo). Então isso já é limitador para que se tenha propostas mais  
513 articuladas. VOLNEY - Agora uma sugestão, que eu percebi também, os convidados  
514 são apenas do serviço social, lembrando que a psicologia tem contribuído muito.  
515 JUANITA – 50% serviço social e 50% psicologia (fala ao fundo). O grupo vai pensar  
516 nisso, mas está certíssimo Consolação. Conselheiro Marcelo. Muito bem lembrado  
517 Volney, você me desculpe. MARCELO – De repente nós temos outros servidores de

518 outras ocupação se não assistência social, talvez seria interessante se repensasse,  
519 aqueles trabalhadores que compõe aquela resolução, somente para poder atender os  
520 demais, considerando o serviço essencial que o serviço social faz para o SUAS (fala  
521 ao fundo). Sim vai trabalhar na relatoria. Bom eu tenho alguns pontos minha  
522 presidente, o porquê da abertura simbólica? Isso é algo novo? Por que a abertura  
523 simbólica e depois a oficial? Outra situação é aquela do ministério público, só  
524 lembrando que o Ministério Público teve um papel importantíssimo na conferência  
525 anterior, na discussão dos debates que eles participaram de todas as oficinas, então é  
526 só mesmo para corroborar a importância dessa participação. Quando se trata das  
527 mesas desta regionalização, também tem o acerto das URCMAS. Me preocupa a  
528 fragilidade que estas URCMAS estão hoje. Agente sabe que nós teremos uma reunião  
529 dia 28 onde eles irão participar, mas temos que atentar se nestas regiões onde vamos  
530 fazer o encontro regional, se nós temos URCMAS em atividade para trabalhar isso. A  
531 outra consideração vem até da conselheira Cristiane e também é uma preocupação  
532 nossa, a assinatura destes 25%. Os delegados poderão assinar várias propostas, não  
533 é isso? JUANITA – Bom, respondendo o Marcelo, na verdade esta conferência irá  
534 acontecer no município de Caeté, vai ser distante, então o nosso objetivo é fazer uma  
535 conferência com atores inclusive, não só da assistência social, mas que participe  
536 bastante pessoas para que agente não converse só conosco mesmo. No horário de  
537 13:00 horas nós pensamos no grupo da conferência que fica difícil das pessoas que  
538 vamos convidar participar da abertura oficial, por ser horário de almoço, então se  
539 fizéssemos a abertura simbólica e depois a oficial nós poderíamos levar um maior  
540 número de pessoas lá na conferência porque pra nós é importante. Acho que no  
541 estágio de organização que o SUAS está hoje, agente tem que falar com mais atores  
542 que não seja apenas os da assistência social. Por este motivo que pensamos naquele  
543 grupo mais extenso para inclusive convidar pessoas. Então por isso essa diferença.  
544 Inclusive quando o grupo de trabalho fez esta proposta a Consolação lembrou que  
545 houve uma conferência nacional que foi nesta lógica também, inclusive para ter a  
546 possibilidade de participação de abertura, então vai ter o nome de abertura, e como é  
547 um lugar mais distante, 2 horas de ônibus, 1 hora de carro, neste horário temos medo  
548 de comprometer a abertura e agente já inicia, só para te dar explicação, ok? Quem  
549 mais está inscrito? Então da URCMAS eu pedi a Consolação para olhar, pois teremos  
550 que ver (fala ao fundo). ROBERTA – É uma dúvida, então, nós discutimos isso na  
551 comissão Marcelo porque o que agente pensou foi o seguinte. Como estamos  
552 incentivando a possibilidade de URCMAS, são 15 encontros regionais que vamos  
553 fazer, claro que não vamos ter URCMAS funcionando, agora também dizer que em  
554 função disso não se desenha desta forma, nós estaríamos deixando de valorizar as

555 que estão funcionando. E na perspectiva de um desenho regional, o controle regional  
556 inclusive vai ter que pensar como ele vai desenhar e controlar serviço regional se  
557 estiver organizado de forma regional. Eu acho que isso é processo. Toda vez que  
558 agente pensa em um desenho fomentando, se aquele que ele vê estiver funcionando,  
559 os outros nós vamos tentar divulgar e talvez na próxima conferência esteja bem. O  
560 que vimos e fizemos a avaliação é que alguns não estão funcionando. Pode ser  
561 problema mesmo, pode ser que mesmo os que estão funcionando pode não ter uma  
562 representação legítima, e ainda assim, pensando nesta fragilidade, agente pensou que  
563 vale a pena colocar como representante da URCMAS, que foi algo que nós  
564 legitimamos, sentando nesta mesa para discussão, e não poderia deixar de estar. Mas  
565 esta avaliação foi feita. De lugares que não estão funcionando e aí pensarmos em  
566 estratégias de como será, se vamos deixar vago até para simbolizar que não está  
567 funcionando, para o próprio grupo discutir e que sabe dali sairia algo da necessidade  
568 da formação. MARCELO – Conselheira Roberta eu gostaria de corroborar com toda  
569 sua fala, dizer que acho importantíssimo e cumprimentar toda comissão pela forma em  
570 que está sendo proposta esta regionalização, pois ela está saindo da forma de ser  
571 única e exclusivamente para tiragem de delegados, ela sai desta lógica para uma  
572 discussão mais rica, considerando inclusive que na última conferência que nós  
573 fizemos nós também falamos de regionalização, mas foi uma fala única de um  
574 conselheiro, aqui é diferente, nós já estamos levando outros atores para a discussão  
575 do processo. Quando eu falo mesmo da fragilidade das URCMAS é neste sentido, de  
576 que forma e qual estratégia vamos utilizar para ter a participação deste pessoal.  
577 JUANITA – Conselheira Rosilene (falas ao fundo) ROSILENE – Eu quero corroborar  
578 Juanita com sua proposta com o ministério público, acho muito importante, e Montes  
579 Claros está fazendo um trabalho muito bom, está havendo um acompanhamento do  
580 ministério público na regional de lá, eu acho que é isso mesmo, tem que participar e  
581 levar outros atores para que eles entendam qual é o nosso trabalho, e que nós também  
582 saibamos como é a intervenção. Eu gostaria de sugerir para os convidados os  
583 representantes de conselho de classe. JUANITA – Então, nós conversamos sobre isso  
584 sim, só que quando nós pensamos nisso, lembramos que eles já têm assento no  
585 CEAS então sua entidade já estará representada. Conselheira Fátima. FÁTIMA - Com  
586 relação aos convidados na minha conta sobraram 14. JUANITA - Que serão  
587 destinadas às solicitações que irão chegar e vamos avaliar. FÁTIMA – Mas das outras  
588 conferências, eu vi uma enorme preocupação e haviam pessoas que não tinham  
589 condições de almoçar, então gostaria de saber se está garantido para convidado  
590 também? JUANITA – Eu falei isso aqui, não está garantido. FÁTIMA – Então o  
591 convidado já vai sabendo que não terá direito às refeições. JUANITA – Sim nós vamos

592 informar. Inclusive eu já tive essa fala aqui, eles irão receber orientações quanto a  
593 isso. FÁTIMA – É porque eu vi em uma conferência que vocês deram tickts. JUANITA  
594 – Mas desta vez não será possível, pois estamos fazendo algo inédito que é pagar  
595 para todos os delegados dos municípios. Nós conversamos ontem na reunião da  
596 conferência e nós vamos articular tudo com o Hotel Tauá para verificarmos de que  
597 forma que estas pessoas podem garantir a refeição lá. Inclusive o hotel irá fechar para  
598 o CEAS, nós compramos todos os quartos, então eu não sei como o hotel irá receber  
599 estes 60 convidados, e nós vamos verificar locais próximos, até mesmo para a pessoa  
600 ir fazer as refeições. Conselheira Anália. ANÁLIA – Primeiramente eu gostaria de fazer  
601 uma reflexão que é a seguinte: nós continuamos com encontros ou pré-conferências,  
602 porque ao mesmo tempo que é encontro são pré-conferências, acho que tínhamos  
603 que decidir isso, pois as orientações nacionais dizem que são para realizar pré-  
604 conferências. A outra questão gente é a respeito da participação, eu acho que quando  
605 fica muito trabalho, eu acho que fica muito restrito ao assistente social e ao psicólogo,  
606 sendo que resolução 17 nós temos muitos outros profissionais inclusive a minha  
607 categoria, que nós estamos na gestão, no serviço, temos universidades que dentro  
608 dela não tem serviço social, tem sociologia e economia também, então temos que  
609 pensar nisso. Aí a fala da Rosilene com relação aos conselhos de classe, eu acho  
610 interessante fazermos uma reflexão sobre isso. E a outra é a respeito das nossas  
611 atribuições, do conselheiro Estadual nos encontros regionais ou pré-conferências e  
612 conferências. Sabemos que é muito trabalho, e de repente ficamos lá ociosos porque  
613 não está organizado ou definido o que eu vou fazer. JUANITA – Certíssima Anália, nós  
614 vamos pensar nesta proposta de organizar a função de cada conselheiro, um será  
615 responsável pelo transporte, outro pela alimentação, enfim vamos pensar nesta  
616 organização. Com relação à comissão, nós vamos voltar isso novamente para  
617 comissão de realização da conferência e vamos ver o que todos da comissão irão falar  
618 sobre isso, pois a comissão é de todos os coordenadores da comissão do CEAS que  
619 tem assento lá na comissão da conferência. Conselheira Roberta. ROBERTA – É uma  
620 questão de encaminhamento, não é dúvida nem nada, se tudo que for colocado aqui  
621 for voltar para a comissão, acredito que vamos debater lá e voltar pra cá para  
622 deliberar. Ou nós debatemos aqui e deliberamos ou então podemos voltar para a  
623 comissão, isso não está fazendo sentido. JUANITA - Conselheiro Sérgio, por favor.  
624 SÉRGIO – Bom dia a todos, bem na verdade e fui contemplado com a fala da Anália,  
625 eu acho que a psicologia contribui muito para a construção do SUAS mas eu acho que  
626 outras profissões também contribuem, eu não vejo diferença nisso, quando pensamos  
627 assim: serviço social, sim porque é o hábito do profissional dele, porém acho que os  
628 outros 50% teria que ser melhor discutido, que profissões têm mais interfaces neste

629 contexto atual do SUAS e que pode contribuir para a construção da política. Eu não  
630 acho que é só psicologia, eu acho que o cientista social pode contribuir muito, o  
631 advogado, a economia social, o sociólogo, os economistas domésticos. Então eu acho  
632 que tem que ser mais democrático, principalmente que você colocou um contexto em  
633 que precisamos ouvir mais e parar de falar para nós mesmos, então acredito que  
634 outros saberes vêm agregar na construção da política. Acho que temos que ampliar  
635 um pouco mais isso. JUANITA – Conselheiro Marcelo. MARCELO – Eu voltei na fala  
636 porque diante de algumas falas vamos tentando contribuir de alguma forma. Quando a  
637 Rosilene aponta pela participação dos conselhos de classe para convidados, eu acho  
638 importante esta fala e concordo com a Roberta que temos que decidir isso hoje, e  
639 quero fazer esta defesa realmente porque se temos hoje uma resolução, que trata dos  
640 trabalhadores do SUAS e quem são as categorias dos trabalhadores, então seria  
641 importante que essas categorias de classe onde estão os trabalhadores do SUAS  
642 possam também eles serem convidados para esta conferência. Quando a Anália fala  
643 dos encontros regionais e da proposta de mudança eu penso que não temos mais  
644 condições de mexer nisso e talvez pensar essa proposta para uma próxima  
645 conferência porque já estão nos instrumentais, já foram publicados, todos municípios  
646 já estão sabendo que será encontro regional, não temos como mexer nesta  
647 conferência, e talvez seja uma proposta para uma discussão futura. E quando a Anália  
648 fala para que os conselheiros sejam responsáveis por cada situação na conferência,  
649 se não me falhe a memória é uma situação que ocorre em todas as conferências.  
650 JUANITA – Os conselheiros recebem qual será a função dele na conferência Estadual.  
651 MARCELO – Justamente. Inclusive a Consolação me lembrou que a nossa lei fala em  
652 conferência regional, pré-conferência regional, quer dizer temos que avaliar essa  
653 questão da lei. JUANITA – Mas independente de concordar o não a nossa legislação  
654 fala sobre isso, então. Conselheira Roberta. ROBERTA – Eu queria apenas enxugar  
655 aqui, ver se conseguimos encaminhar para poder liberar aqui, pois estamos colocando  
656 propostas e não estamos conseguindo encaminhar as coisas. Vou pegar primeiro do  
657 eixo que o Marcelo falou. Eu não vejo problema Marcelo nenhum, de que quando  
658 nossa lei fala de pré-conferência, não vejo problema nenhum em chamarmos de  
659 encontro, se a lei está falando de pré-conferência porque estamos inventando um  
660 encontro, essa é minha posição. Segunda questão, eu gostaria de chamar para dois  
661 aspectos: quando pensamos nos estudantes para contribuir na conferência Estadual,  
662 no sentido de relatoria, e aí o Volney pensou no psicólogo, pois são duas profissões  
663 de vanguarda, nós pensamos em contribuir para a formação acadêmica, seria uma  
664 oportunidade, uma experiência destes estudantes estarem conosco nesta conferência.  
665 Lembrando que é um número bastante reduzido para poder nos ajudar nesta

666 contribuição. E aí eu gostaria de falar o seguinte. Outras categorias, outras formações  
667 que contribuem com o SUAS, se agente for abrir a perspectiva deste leque nós  
668 teremos que abrir para muitos, porque o trabalhador do SUAS tem um leque enorme.  
669 Do ponto de vista da NOB/BH tem alguns que estão lá pontuados, porém temos que  
670 entender quem irá contribuir mais. Vocês acham que estudante de advocacia irá  
671 contribuir nestes 2 dias de forma efetiva neste processo? Fica essa pergunta. Agente  
672 acha que o outro que outra categoria pode contribuir sem ser o assistente social e o  
673 psicólogo, nestes dois dias que eu estou dizendo tá? Aí fica uma outra proposta que  
674 seria a seguinte, elencar todas essas universidades de formação que trabalham no  
675 SUAS pra gente convidar. Claro, convidar OAB, convidar as universidades de  
676 advocacia, eu acho que convidar primeiramente para abertura a fim de terem o  
677 primeiro contato com o SUAS do ponto de vista da universidade. Então poderíamos  
678 fazer 2 tipos de convidado: um para participar da abertura, para eles terem como  
679 solenidade a abertura, isso é muito comum, e outro um convite que agente acha que  
680 ele poderia estar nos 2 dias de conferência contribuindo de alguma forma para a  
681 formação universitária, porque senão não faz sentido. A outra proposta em relação do  
682 conselho de classe, aqui nós temos representantes de conselho de classe. Se agente  
683 for abrir nesta perspectiva temos que abrir assento para todas as entidades que estão  
684 aqui, a FETAEMG é importante, e tantas outras, conselho de classe, etc. Então temos  
685 que clarear essa discussão porque são as mesmas indagações levantadas na  
686 comissão, e por onde pautamos esta linha de sugestão que eu dei. Trabalharíamos  
687 convidados de 2 tipos; no caso de estudante a minha opinião é que fiquem serviço  
688 social e psicologia, para contribuírem como relatores pois ficarão os dois dias lá.  
689 JUANITA – Outro assunto que conversamos muito na reunião da comissão, é que o  
690 hotel Tauá é um hotel caro, uma refeição lá é R\$ 50,00, o convidado, só com refeição  
691 R\$ 200,00 pois o CEAS não vai pagar as despesas para a conferência. Isso já é um  
692 dificultador, ele terá que ir no carro dele, vamos ver se o hotel logisticamente tem  
693 condições de cobrar dele separado, ou então até dele fazer uma refeição fora. Então  
694 quando nós pensamos em fazer a divisão das vagas de convidados, nós pensamos  
695 nesta situação. Agora o que estamos falando aqui são das 20 vagas da universidade,  
696 porque as demais já estão fechadas. As 14 são de convidados que aparecerão depois.  
697 ROBERTA – Não gente, foi colocado nas falas aqui algo que altera este contexto,  
698 temos que pensar o seguinte, não temos que preocupar com determinado convidado,  
699 se ele vai gastar ou não, isso é uma decisão dele. Esse colegiado tem que tomar  
700 decisões se ele vai convidar, e a escolha de ir ou não é dele, pois ao convidar vamos  
701 dizer: a categoria de convidados a condição são essas. E nós sabemos que teremos  
702 quebra. Se você tem 60 convidados, você pode convidar até 100, porque uns 30 a 40

703 não vão. Agora é elegante para o SUAS enviar um convite para a OAB, mas saber se  
704 a OAB vai, não cabe a nós. JUANITA – Eu não estou conseguindo entender Roberta  
705 qual é sua proposta. ROBERTA – A minha proposta é a seguinte: abriremos essa  
706 perspectiva de convidados, quando o Marcelo fala assim, nós precisamos convidar o  
707 conselho de classe, nós tínhamos falado que não convidaria porque tinha assento  
708 aqui. Estou dizendo o seguinte, vamos abrir para conselho de classe, FETAEMG, etc,  
709 etc. aí nós quebraríamos 2 categorias. Uma categoria de convidados para a abertura e  
710 a outra categoria de convidados para participar dos 2 dias, como por exemplo dos  
711 estudantes que poderiam estar como convidados inclusive para participar da relatoria.  
712 Nessa quebra de abertura você pode convidar até 100 pessoas. JUANITA – O que  
713 vocês acham? Estão de acordo com a proposta da conselheira? Conselheiro Marcelo.  
714 MARCELO- Então cai por terra o número 60? (falas ao fundo). JUANITA – São 60  
715 para participar dos 2 dias da conferência. MARCELO – Então eu tenho uma  
716 discordância no aspecto que diz respeito aos conselhos de classe. E volto na defesa  
717 que fiz anteriormente. Se nós temos na defesa do CNAS que trata dos trabalhadores  
718 do SUAS e quem são as categorias que representam o SUAS, eu penso que eles não  
719 vão simplesmente para participar de uma abertura. São todos uma entidade de classe  
720 que representa um grupo muito grande de trabalhadores e que poderia contribuir  
721 também nas discussões das conferências estaduais. A minha proposta é: nós temos  
722 14 vagas ainda liberadas, eu defendo que estes representantes das categorias de  
723 classe pudessem estar como convidados. E por outro lado, no caso do nosso conselho  
724 ter representação de psicólogos, serviço social, isso não interfere, eu não estou  
725 levantando a questão de ser ou não conselheiro, eu defendo esta questão porque  
726 estamos defendendo 20 vagas para universidades. Por que 20 vagas? JUANITA –  
727 São 20 vagas porque foi o número que nós identificamos de universidades no estado  
728 que tem o curso de serviço social. Por isso as 20. Nós gostaríamos de convidar pelo  
729 menos um representante de cada universidade. Então na verdade nós temos uma  
730 proposta apresentada, as vagas que ainda não foram preenchidas para serem  
731 preenchidas pelos representantes deste conselho, inclusive conselho de classe, nós  
732 temos a FETAEMG, (fala ao fundo), é isso que estou falando conselho de classe que  
733 está na resolução, que são 12. FÁTIMA – Eu vou discordar de você Marcelo, eu vou  
734 dar uma experiência minha. Na última conferência eu me inscrevi como convidada, eu  
735 era ex-conselheira. E quando eu fiquei sabendo que teria direito de ser convidada e  
736 que o sindicato não havia encaminhado ainda meu nome, eu tomei conhecimento dos  
737 convidados e me inscrevi. Eu não estou pensando em direcionar o restante das vagas  
738 para convidados porque tem conselheiro que é da luta, e temos que dar oportunidade  
739 de terem continuidade na participação. Então se agente fecha com convidados,

740 convidado é que se inscrever primeiro! A partir do momento que sair edital de  
741 convidado, quem tomar conhecimento corre atrás da sua vaga. Não adianta tirarmos a  
742 chance de pessoas que gostam e que vão contribuir muito, então eu acho que nós  
743 fechamos uma coisa tirando a liberdade de outro participar, me desculpe, mas eu não  
744 estou entendendo este rumo não. CRISTIANE – Me desculpem mais a Juanita me  
745 pediu para tomar frente, temos 3 inscrições ainda: Eu, Roberta e Rosilene, só queria  
746 pedir aos conselheiros para fechamos as propostas em questão do horário. Estamos  
747 nos detendo muito na questão de convidados, claro que eles são importantes mas há  
748 outras questões a serem discutidas, inclusive o processo de escolha de  
749 representantes da sociedade civil. Então sejamos mais propositivos. Eu ia defender  
750 exatamente esta proposta de se colocar nestas 14 vagas os conselhos de classe pra  
751 irmos já fechando isso, então conselho de classe já está resolvido. ROBERTA –  
752 Porque não está resolvido a questão das 14 vagas. Existem 2 propostas claras. A do  
753 Marcelo que é com o conselho de classe e a proposta que a Fátima colocou. Eu  
754 particularmente não concordo com a fala da Fátima pelo seguinte: fechar isso na  
755 questão do conselho de classe, nós vamos inviabilizar qualquer possível usuário que  
756 quiser participar como convidado. Então o que poderíamos estabelecer, que não é  
757 uma proposta ruim da Fátima e o CNAS também já fez isso é o seguinte, tem um  
758 número determinado de vagas para convidados, e então as pessoas se inscrevem.  
759 CRISTIANE – Vou fazer uma proposta então: nós estamos fechando em 20  
760 universidades. Então vamos reduzir para 10 universidades, abrimos 12 vagas para os  
761 conselhos de classe, que estão na resolução 17 que são os trabalhadores do SUAS e  
762 o restante das vagas ficam ainda para solicitações isoladas, cerca de 12 vagas para  
763 outras representações. Não? Roberta não concorda? Rosilene então depois volta para  
764 Roberta. ROSILENE – Eu concordo com sua proposta, vou só reforçar a colocação do  
765 Marcelo, eu acho importante a representação do conselho de classe dos trabalhadores  
766 do SUAS, eu acho um momento primordial para os representantes dos conselhos  
767 participarem. E concordo com sua proposta Cristina. CRISTIANE – Roberta.  
768 ROBERTA – Eu só gostaria de clarear o seguinte, quando colocamos o número de 20  
769 universidades, ele não foi aleatório, o conceito é o seguinte, 20 universidades de  
770 serviço social que existe no estado de Minas Gerais com a perspectiva de contribuir no  
771 campo da formação universitária. Se optarmos por 10, nós teríamos que fazer  
772 inclusive qual o critério das 20 tirar 10. CRISTIANE – Não poderia ser por ordem de  
773 inscrição? ROBERTA- É convidado, não poderia ser por ordem de inscrição. (falas ao  
774 fundo) JUANITA – A única lógica é, ao invés de convidar 20 convida 10, agora qual  
775 será o critério, eu faço um sorteio? Gente não dá. ROBERTA – Cai naquilo que eu  
776 falei, vamos convidar 100 para cairmos na perspectiva de ir 60, porque aí pode colocar

777 20, pode deixar um número “X” de inscrições, isso resolve todos os problemas aqui.  
778 JUANITA – Conselheira Anália. ANÁLIA – Agente vai ouvindo e formando opinião  
779 cada vez mais, eu sinto que o SUAS só será efetivado quando tivermos trabalhadores  
780 aptos a executar o serviço, e não gostaria de abrir mão de serem convidados os  
781 conselhos das categorias profissionais de pelo menos da resolução 17. Acho isso  
782 fundamental. Como a Roberta falou nós não teremos 100% da participação dos  
783 convidados então podemos flexibilizar mais. Outra coisa que eu queria frisar é que  
784 temos 14 URCMAS confirmadas no encontro do dia 28, que será aqui. É importante  
785 lembrar que a comissão de apoio e a plenária aprovou é fortalecer as URCMAS de  
786 forma mais importante de realizar o controle social. E a outra seria a inclusão do  
787 COGEMAS mesmo sabendo que os gestores estarão participando. O COGEMAS  
788 enquanto instituição deveria ser incluído. JUANITA – Considerando a demanda citada  
789 por todos subiremos de 60 para 100 o número de convidados. Conselheira Adriana.  
790 ADRIANA – Eu gostaria de saber se durante o debate de como seria a participação  
791 das universidades se foi cogitado ao invés de convite direto, abrir as inscrições e os  
792 interessados procurassem fazê-la. Pela prática eu temo o seguinte, como é um evento  
793 onde existem vários atores interessados em participar que tem restrição de espaço, eu  
794 quero saber se foi cogitada esta possibilidade. Porque se eu recebo em uma  
795 universidade um convite específico para participar de um evento a pessoa “X”. Agora  
796 outra coisa mais interessante, é quando você abre para a participação, as pessoas  
797 que têm verdadeiro interesse elas se apresentam, e enfim eu queria reforçar e saber  
798 se foi cogitada essa diferença na forma de participação dos grupos. JUANITA –  
799 Adriana, eu não sei se entendi a sua colocação, mas na verdade o convite vai para a  
800 universidade, ela que indica e vê os critérios para fazer a inscrição, quem irá participar.  
801 ROBERTA – Adriana, deixa eu ver se eu entendi, existe um tipo de convidado que é a  
802 instituição universidade. Agora nós podemos elencar e chamar a universidade. Outro  
803 tipo de convidado é 20 estudantes, 10 de psicologia e 10 de serviço social que vamos  
804 encaminhar para a universidade e dizer o seguinte: você vai indicar um aluno, pode  
805 ser que pela cota vai indicar um aluno. Agora nós não podemos deixar aberto que no  
806 meio de 700 estudantes, 200 façam a inscrição. Então nós vamos dizer assim, uma  
807 coisa é ela estar sendo convidada para abertura, ao mesmo passo solicitamos que  
808 indique um aluno do serviço social que participará os 2 dias de conferência que será  
809 custeada a hospedagem e alimentação, e trabalhará conosco no processo de relatoria.  
810 São 2 coisas distintas. E todo 2 convidados vão ser esclarecidas sua forma de  
811 participação. Isso tudo na correspondência será explicados a eles. JUANITA –  
812 Finalizamos então, abrimos para 100 o número de vagas. Vamos trabalhar a questão  
813 da resolução, por favor. Dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da

814 sociedade civil e dos conselhos municipais de assistência social para composição do  
815 CEAS. Presidente resolve aprovar o seguinte regulamento: CAPÍTULO I - A  
816 IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE  
817 ASSISTÊNCIA SOCIAL. Art. 2º A sociedade civil e os Conselhos Municipais de  
818 Assistência Social – CMAS integram o Conselho Estadual de Assistência Social –  
819 CEAS com doze membros que os representam durante o processo de escolha  
820 disposto neste regulamento e que os representarão após eleição, distribuídos nas  
821 seguintes categorias: I – 2 (dois) representantes de entidades ou organizações de  
822 usuários de assistência social, de âmbito Estadual; II – 4 (quatro) representantes de  
823 entidades e organizações de assistência social, de âmbito Estadual; III – 2 (dois)  
824 representantes de entidade representativa de trabalhadores da área de assistência  
825 social de âmbito Estadual; IV – 2 (dois) representantes governamentais dos conselhos  
826 municipais de assistência social – CMAS; V – 2 (dois) representantes não  
827 governamentais dos conselhos municipais de assistência social – CMAS. §1º Entende-  
828 se que o assento no CEAS é da entidade ou órgão, eleito no processo de escolha. §2º  
829 Entende-se que o mandato é do representante da entidade ou órgão e será de dois  
830 anos. §3º A entidade ou órgão interessado em disputar uma vaga no CEAS,  
831 independentemente do período em que tenha tido assento no conselho, será  
832 escolhido, observando-se o disposto neste regulamento. §4º A indicação do  
833 representante da entidade ou órgão é de sua livre escolha, desde que seja  
834 comprovado vínculo com a entidade e no caso de conselho, conselheiro, e que não  
835 tenha tido assento no Conselho Estadual nos dois últimos mandatos consecutivos. §5º  
836 Entende-se por entidade de âmbito Estadual, aquela cuja área de atuação ultrapasse  
837 o limite de um município. §6º Os representantes de que trata este artigo terão  
838 suplentes, oriundos de outras entidades e organizações ou órgãos. §7º Serão  
839 consideradas entidades ou organizações de usuários de assistência social aquelas  
840 juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a  
841 defesa dos direitos de indivíduos e de grupos vinculados à Política Nacional de  
842 Assistência Social – PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na entidade ou  
843 organização, mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam,  
844 por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso,  
845 conforme disposto no §2º do art. 1º da Resolução n.º 24/06 do Conselho Nacional de  
846 Assistência Social – CNAS; §8º Serão consideradas entidades e organizações de  
847 assistência social, aquelas sem fins lucrativos, conforme disposto no art. 3º da Lei  
848 Orgânica de Assistência Social - LOAS: I – de atendimento: aquelas que, de forma  
849 continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou  
850 projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às

851 famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal; II – de  
852 assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam  
853 serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o  
854 fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e  
855 capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social; e III –  
856 de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e  
857 planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados  
858 prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção  
859 de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais,  
860 articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política  
861 de assistência social. §9º As entidades e organizações que desenvolvam projetos,  
862 programas, serviços ou benefícios socioassistenciais poderão participar do processo  
863 de escolha, desde que estejam devidamente inscritos, de acordo com a Resolução do  
864 CNAS n.º 16/10, no CMAS onde atuam, conforme disposto na Resolução do CEAS n.º  
865 396/12. §10. Serão consideradas entidades representativas de trabalhadores da  
866 Resolução n.º 23/06 do CNAS, que: I – tiverem em sua base de representação  
867 segmentos de trabalhadores que atuam na política pública de assistência social; II –  
868 defenderem direitos dos segmentos de trabalhadores na Política de Assistência Social;  
869 III – fizerem a defesa dos direitos sociais dos cidadãos e dos usuários da assistência  
870 social; IV – tiverem formato jurídico de sindicato, federação, confederação, central  
871 sindical ou conselho regional ou Federal de profissão regulamentada, ou associação  
872 de trabalhadores legalmente constituída; e V – não representarem classe patronal ou  
873 empresarial. Art.3ºO foro próprio para a escolha dos representantes da sociedade civil  
874 e CMAS ocorrerá na 10ª Conferência Estadual de Assistência Social, respeitando a  
875 alínea h do inciso I e o inciso II, do art. 12, da Lei Estadual n.º 12.262/96, na qual será  
876 efetivada a eleição dos representantes. CAPÍTULO II DA COORDENAÇÃO DO  
877 PROCESSO DE ESCOLHA Art. 4º A Comissão Organizadora do Processo de Escolha  
878 é a mesma da 10ª Conferência Estadual de Assistência Social, a qual caberá: I –  
879 Coordenar o processo de escolha dos membros do CEAS representantes da  
880 sociedade civil e dos CMAS, para o mandato de 2013 a 2015; II – Julgar os pedidos de  
881 registros de candidatura e os eventuais de impugnações, bem como os recursos; III –  
882 Elaborar e encaminhar todos os procedimentos para a realização do pleito; IV –  
883 Expedir ordens inerentes ao processo, orientações e zelar pelo cumprimento de  
884 normas e pelo bom andamento dos trabalhos; V – Encaminhar pela Secretaria  
885 Executiva para publicação no Diário Oficial do Estado todos os atos referentes ao  
886 processo de escolha das entidades e organizações de Assistência Social  
887 representantes da sociedade civil e dos CMAS. Parágrafo único. Os membros da

888 Comissão Organizadora não poderão ser candidatos no referido processo de escolha  
889 do CEAS. CAPÍTULO III - DA HABILITAÇÃO. Art. 5º As entidades e organizações de  
890 Assistência Social e os CMAS que desejarem participar como candidatos, no processo  
891 de escolha, deverão habilitar-se no período de 10 de julho a 21 de agosto de 2013, de  
892 8 a 18 horas, nos dias úteis, na Secretaria Executiva do CEAS. §1º O pedido de  
893 habilitação, modelo anexo, será assinado pelo representante legal da entidade ou  
894 organização, ou pelo presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS,  
895 dirigido à Comissão Organizadora e protocolado na Secretaria Executiva do CEAS –  
896 Avenida Amazonas, 558 – 6º andar, nos dias úteis, dentro do período definido no  
897 “caput” deste artigo. §2º Deverá constar no pedido de habilitação o nome do  
898 representante que comporá o CEAS caso a entidade ou Conselho seja eleito. §3º  
899 Admitir-se-á pedido de habilitação por procuração, no entanto não se admitirá que  
900 mais de uma entidade ou Conselho seja representado pelo mesmo procurador para o  
901 Processo de Escolha. §4º A Decisão sobre os pedidos de habilitação será publicada  
902 no Diário Oficial do Estado. Art. 6º As entidades e organizações de assistência social  
903 mencionadas no §8º do art. 1º deverão estar inscritas no Conselho Municipal de  
904 Assistência Social, conforme a Resolução n.º 16/10, do Conselho Nacional de  
905 Assistência Social – CNAS. Art. 7º Os documentos a apresentar para a habilitação à  
906 escolha são: (Não irei mencioná-los aqui não) Art. 8º O formulário de solicitação de  
907 habilitação estará à disposição no CEAS, Avenida Amazonas, 558 – 6º andar –  
908 Centro, nos dias úteis, no período destinado à habilitação, conforme art. 4º, desta  
909 Resolução, bem como no site do CEAS – [www.ceas.mg.gov.br](http://www.ceas.mg.gov.br) ou  
910 [www.conselhos.mg.gov.br/ceas](http://www.conselhos.mg.gov.br/ceas), e deverá ser apresentado no ato da inscrição,  
911 devidamente preenchido e assinado pelo representante legal ou seu procurador, no  
912 caso da entidade e organização de Assistência Social e de entidade representativa de  
913 trabalhador na área de Assistência Social, ou pelo presidente ou vice-presidente, no  
914 caso de Conselho. §1º No caso de indeferimento admitir-se-á recurso. §2º Os  
915 candidatos ao processo de escolha poderão apresentar recurso à Comissão  
916 Organizadora no caso de discordância da habilitação de outras entidades e  
917 organizações ou Conselhos por descumprimento deste Regulamento, no prazo de até  
918 5 (cinco) dias consecutivos a contar da data da publicação do resultado da habilitação.  
919 §3º As decisões da Comissão Organizadora, nos recursos de habilitação, quando não  
920 forem publicadas, deverão ser comunicadas à parte interessada por via postal ou  
921 telegrama. CAPÍTULO IV - DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS - Art. 9º O pedido  
922 de habilitação de candidatura será dirigido à Comissão Organizadora, especificando  
923 em qual categoria de representação se candidata, conforme art. 12 da Lei nº12.262,  
924 de 23 de julho de 1996. §1º As vagas serão em número de vinte e quatro (24), sendo

925 doze (12) titulares e doze (12) suplentes, de acordo com a discriminação abaixo: I –  
926 Quatro (04) representantes de entidades ou organizações de usuários da Assistência  
927 Social, sendo dois (02) titulares e dois (02) suplentes; II – Oito (08) representantes de  
928 entidades e organizações de Assistência Social, sendo quatro (04) titulares e quatro  
929 (04) suplentes; III – Quatro (04) representantes de entidades representativas de  
930 trabalhadores da área de Assistência Social, sendo (02) titulares e dois (02) suplentes;  
931 IV – Oito (08) representantes dos Conselhos Municipais de Assistência Social, sendo  
932 dois (02) titulares e dois (02) suplentes governamentais e dois (02) titulares e dois (02)  
933 suplentes não governamentais. §2º Para fins de habilitação de candidatura dos  
934 representantes de CMAS serão consideradas as Uniões Regionais de Conselhos  
935 Municipais de Assistência Social – URCMAS, conforme disposto na Resolução n.º  
936 350/11 do CEAS. §3º As URCMAS, ao fazerem o registro de sua candidatura, deverão  
937 indicar uma representação governamental e outra não governamental. §4º É vetado  
938 concorrer em mais de uma vaga no CEAS, exceto as URCMAS conforme disposto no  
939 §3º deste artigo. CAPITULO V - DO ATO DE ESCOLHA - Art. 10. O ato de escolha  
940 realizar-se-á no dia 17/10/13, de 09 as 19 horas, na 10ª Conferência Estadual de  
941 Assistência Social, na presença de representante da Comissão Organizadora e de  
942 funcionários do CEAS designados para esse fim. §1º Para esse ato poderá ser  
943 solicitado o apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE. §2º  
944 O processo de escolha ocorrerá de acordo com o edital de convocação. §3º Como  
945 pré-requisito ao pleito, os representantes das entidades e organizações e dos  
946 conselhos deverão comparecer no dia 17/10/13, às 9 horas, perante a Plenária da  
947 Conferência, para apresentar oralmente o trabalho desenvolvido pela entidade ou  
948 conselho e sobre a relação do representante com esses, com duração de 4 (minutos)  
949 minutos e na ordem disposta no §1º do art. 8º. §4º Fica vetada, também, a duplicidade  
950 de representação do candidato. §5º Os delegados devidamente credenciados votarão  
951 nos candidatos, da seguinte forma: I – os delegados representantes de usuários  
952 votarão nos candidatos a essa representação; II – os delegados representantes de  
953 entidades e organizações de assistência social votarão nos candidatos a essa  
954 representação; III – os delegados representantes dos trabalhadores da área da  
955 sociedade civil votarão nos candidatos a essa representação; IV – os delegados  
956 representantes da sociedade civil que possuam assento em CMAS votarão nos  
957 candidatos dessa representação; V – os delegados representantes do governo que  
958 possuam assento em CMAS votarão nos candidatos dessa representação; §6º A  
959 votação será secreta, por escrito em cédulas específicas, por categoria de  
960 representação, sendo as cédulas depositadas em urnas perante um representante da  
961 Comissão Organizadora e funcionários do CEAS designados para esse fim. §7º

962 Quando da votação pelo delegado serão conferidos pelos funcionários do CEAS os  
963 dados constantes no seu crachá. §8º Os delegados votantes assinarão, no ato da  
964 votação, uma lista de participação do processo de escolha que constará seus dados,  
965 §9º Caso haja algum dado do delegado faltante na lista mencionada no parágrafo  
966 anterior, esse poderá ser preenchido na hora, antes da votação. Art.11. A apuração  
967 dos votos será iniciada às 20 horas do dia 17 de outubro, na presença da Comissão  
968 Organizadora e dos delegados que quiserem presenciar. §1º O Ministério Público será  
969 convidado a participar dessa apuração. §2º Serão considerados escolhidos: I – Como  
970 titulares, os mais votados em cada categoria de representação; II – Como suplentes,  
971 os mais votados após os titulares da categoria de representação subsequente. III – O  
972 primeiro suplente exercerá, exclusivamente, a suplência de o primeiro titular na  
973 mesma categoria da representação e o segundo suplente a do segundo titular. IV –  
974 Em caso de empate, será considerada eleita a entidade ou o conselho que tiver a data  
975 de criação mais antiga, comprovada na documentação encaminhada no período de  
976 habilitação; caso permaneça empate, voltar-se-á a plenária para o desempate. V – Os  
977 suplentes de cada categoria da representação, que vierem a exceder o número de  
978 vagas, constarão na ata do processo de escolha para preenchimento de eventuais  
979 vagas no CEAS. §3º Caso a URCMAS obtenha maior número de votos nas duas  
980 representações – governamental e não governamental, terá que optar por uma delas  
981 para compor o CEAS, após ser apurado o resultado, exceto no caso de vacância. §4º  
982 A Comissão Organizadora lavrará Ata da votação e da apuração, comunicando o  
983 resultado aos presentes e encaminhando-o, em 48 (quarenta e oito) horas, para  
984 publicação. §5º O resultado também será comunicado à plenária da conferência no dia  
985 18 de outubro para plenária da conferência. CAPITULO VI - DA POSSE - Art.12. Os  
986 representantes das entidades e dos Conselhos Municipais de Assistência Social  
987 eleitos tomarão posse coletivamente na plenária ordinária que ocorrerá no dia  
988 22/11/13. §1º Aquele que, por motivo de força maior, não tomar posse nos termos do  
989 caput, deverá fazê-lo na Plenária subsequente. §2º Caso haja impedimento por parte  
990 do representante eleito em participar do CEAS, a entidade ou conselho deverá  
991 comunicar oficialmente, indicando o substituto ao Conselho Estadual. CAPÍTULO VII -  
992 DISPOSIÇÕES GERAIS - Art.13. A Comissão Organizadora poderá aplicar  
993 subsidiariamente o Código Eleitoral, naquilo que considerar cabível. Art.14. O CEAS  
994 acompanhará todo o processo de escolha, cabendo-lhe, também, recurso e pedido de  
995 impugnação, caso julgue necessário. Art.15. O Ministério Público Estadual será  
996 cientificado do processo de escolha dos membros da sociedade civil e dos Conselhos  
997 Municipais para a composição do CEAS e convidado a participar dele. Art.16. Os  
998 casos omissos neste regulamento serão decididos pela Comissão Organizadora. Art.

999 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Os anexos eu não vou  
1000 fazer a leitura, é só para habilitação de candidatura. Temos inscritos? Por favor.  
1001 Conselheiro Volney. Artigo 10º § 6º colocar na tela, por favor. VOLNEY – A votação  
1002 será secreta colocada em cédulas por escrito, eu queria ver a possibilidade de solicitar  
1003 as urnas eletrônicas, é muito simples, eles fazem o empréstimo, eu acho que isso  
1004 facilitaria a apuração dos votos. Seria possível colocar a possibilidade neste artigo?  
1005 (Falas ao fundo) Este empréstimo você tem que solicitar com 60 dias de antecedência  
1006 para que eles possam programar. JUANITA – Fátima Artigo 12. FÁTIMA – Eu gostaria  
1007 de saber porque tem este prazo não poderia ser deixado mais para o final do ano não?  
1008 (falas ao fundo) Terminar Dezembro o mandato. JUANITA – O mandato ele tem 2  
1009 anos independente da data que você entrou ele considera o mandato da sociedade  
1010 civil como um todo. É isso que está falando a resolução. Então este mandato iniciou-  
1011 se na outra conferência, que foi em novembro e esta sendo finalizado em novembro  
1012 deste ano. Ele não esta seguindo o modelo da conferência, ele está seguindo a lei.  
1013 MARCELO – Estávamos conversando aqui, só para agente clarear, o mandato dos  
1014 conselheiros da sociedade civil termina na conferência Estadual, então quando for a  
1015 próxima plenária em novembro já tem que comparecer o próximo representante, por  
1016 isso que é aí no dia 2. Seria a 1ª plenária após a conferência. JUANITA – Conselheiro  
1017 Júlio. JÚLIO – Só uma dúvida, neste ano todos que estarão na conferência votarão, ou  
1018 apenas os representantes das entidades? JUANITA – Votarão os delegados, por  
1019 categoria, oriundos dos municípios. Aí nós vamos organizar, este ano será diferente  
1020 do ano passado. Mais alguém inscrito. Não? Encerrado conselheiro? Então resolução,  
1021 considera-se aprovada, terminamos os informes da conferência, agora nós temos a  
1022 minha solicitação de inclusão. Conselheiros para participar de conferência municipal.  
1023 Consolação, esta já é a relação que você tirou na mesa diretora? Tudo bem. Seguindo  
1024 aquela diretriz do CEAS em participar, atender convite de municípios para participarem  
1025 em conferências municipais, nos temos a solicitação do município de Caratinga,  
1026 Curvelo. Caratinga está apresentado na tela dia 02/08, Curvelo dia 09/08, Januária 09  
1027 e 10/07, Jequitinhonha dia 09/07, Juíz de Fora de 29 a 31/07, Manhauçu ainda não  
1028 tem a data, Santos Dumont 02/08, São Sebastião do paraíso 02/07, Sete Lagoas  
1029 09/07, Diamantina 10/07, Cariaçu também não tem data. Essas são as solicitações  
1030 que foram aprovadas pela mesa diretora, considerando os critérios aprovados,  
1031 lembrando aos conselheiros que morem próximos à região que se habilitem ou outro,  
1032 se tiver desejo de participar. Alguém tem interesse em participar de alguma destas  
1033 conferências? (Fala ao fundo) Manhauçu o Júlio, quando fechar a data  
1034 comunicaremos com você, porque o município não enviou (Fala ao fundo), então  
1035 Consolação olhe a data possível para o Júlio para sugerir. Senhor Hélio Cariaçu, então

1036 Consolação verifique também a data (fala ao fundo) André, Juiz de Fora ainda não  
1037 (fala ao fundo). Quais fecharam aqui? INTERLOCUTORA – Manhuaçu e Cariaçu (fala  
1038 ao fundo) JUANITA – Volney você tem disponibilidade para qual? (Fala ao fundo) Mais  
1039 algum conselheiro que se habilita? Juiz de Fora André? (Fala ao fundo) Juiz de Fora  
1040 então. INTERLOCUTORA – Então André Juiz de Fora, Caratinga Volney. Rosilene,  
1041 você não pode ir à Januária não? (fala ao fundo) Você não fez a capacitação? Ok.  
1042 Entendi. Quem pode ir à Curvelo dia 09/08? Temos ainda Curvelo, Diamantina, Santos  
1043 Dumont. Não tem mais disponibilidade de nenhum conselheiro? (Fala ao fundo)  
1044 Santos Dumont será dia 02/08. INTERLOCUTORA – Santos Dumont Volney.  
1045 INTERLOCUTORA – Sete Lagoas é dia 09/07, Tem ainda Diamantina, uma cidade  
1046 belíssima (Fala ao fundo). INTERLOCUTORA - Eu acho que nós estamos com um  
1047 número significativo de conselheiros que não participaram da capacitação, então  
1048 poderíamos abrir novamente a capacitação, que abriria o leque de participação. A  
1049 proposta que estou fazendo é abrir o leque. (fala ao fundo). INTERLOCUTORA -  
1050 Quem tem interesse na verdade pos capacitado em participar da conferência. Rosilene  
1051 em Januária? E eu pergunto quem pode dar a capacitação. Eu não posso porque eu  
1052 tenho Agenda. INTERLOCUTORA – Eu não posso pelo seguinte, já me comprometi  
1053 na outra capacitação, e eu acho que outros conselheiro que já participaram de  
1054 capacitação estão habilitados e podem contribuir, senão fica sobrecarregado para nós.  
1055 MARCELO – É hoje? INTERLOCUTORA – Sim é hoje, vocês estão sugerindo e eu  
1056 acato. (fala ao fundo). Hoje nossa plenária acaba mais cedo e a partir das 17:00 horas  
1057 fazemos a capacitação. MERCELO – Eu faço a capacitação. (aplausos)  
1058 INERLOCUTORA – Marcelo então, estará aqui com vocês, eu gostaria muito mas  
1059 tenho um compromisso. Então quem pega Januária, Rosilene? Quem pega  
1060 Diamantina (fala ao fundo). Nós temos ainda Sete Lagos, Curvelo, então Diamantina  
1061 ficou Adriana. Falta São Sebastião do Paraíso que é a Regional de Poços de Calda.  
1062 São Sebastião do paraíso é dia 02/07, Sete Lagoas 09/07, e Curvelo dia 09/08.  
1063 Jequitinhonha já tem gente? Você Adriana? MARCOS – Só estou colocando aqui, que  
1064 depois eu possa ter a possibilidade de estar em outras, mas estamos acompanhando  
1065 as conferências regionais e microrregionais de educação que está ocorrendo neste  
1066 mesmo período. Eu sou do fórum estadual de educação, então não poderei ir porque  
1067 estou com este problema. INTERLOCUTORA – Jequitinhonha então Adriana, Curvelo  
1068 João, falta somente Sete Lagoas e São Sebastião do Paraíso. (fala ao fundo). Etiara  
1069 então vai em Sete Lagoas, só não atenderemos São Sebastião do Paraíso? (fala ao  
1070 fundo) São Sebastião do Paraíso então ver possibilidade de mudar a data para o  
1071 conselheiro Volney participar. Bom! Encerramos, uma salva de palmas para os  
1072 conselheiros. Gostaria de falar que quando participamos das conferencias,

1073 participamos também das palestras, agente não participa do processo inteiro não, só  
1074 da palestra. (fala ao fundo). INTERLOCUTORA – Conselheiro Sérgio, eu gostaria de  
1075 dizer para o senhor que está chegando hoje que aqui agente não sente, agente faz.  
1076 JÚLIO – Lá em Patrocínio eles pediram se ficaria no processo inteiro, não sei se  
1077 porque lá é mais próximo, e eu entendi que não iria só para a palestra, que eu  
1078 passaria o dia com eles. INTERLOCUTORA – Na verdade, nós temos um problema,  
1079 que quando você sai de casa, você sai com uma diária. Se você ficar a conferência  
1080 inteira terá que dormir lá novamente. Então você tem que organizar sua permanência.  
1081 (fala ao fundo) INTERLOCUTORA – Eu acho presidente que isso que a Consolação  
1082 traz tem que ser esclarecido, porque irá trazer dificuldades administrativas para eles  
1083 aqui. Veja bem, o que foi pactuado, definido e autorizado. O conselheiro vai para  
1084 ministrar a palestra, e alguém perguntou assim: qual é a condição? A condição de  
1085 participação é para ministrar uma palestra, só isso. Ademais para ficar 2 dias de  
1086 conferência, ou o dia inteiro de conferência é o de conta do próprio conselheiro. Agora  
1087 no caso dele, como ele está vindo de longe, o cálculo de diária pode acontecer pelo  
1088 deslocamento, o deslocamento entra no cálculo de diária. Mas do ponto de vista de  
1089 participação, fica a critério de vocês. JUANITA - Finalizamos. Já fecharam todos.  
1090 Apenas São Sebastião do Paraíso que não. Está muito tumultuado, conselheiros do  
1091 fundo, algum problema aí. Por favor, vamos continuar a plenária? Bom a SEDESE  
1092 solicitou a inclusão de pauta na plenária de hoje, o estado vai solicitar a autorização  
1093 deste conselho para fazer o aceite das ações estratégicas do PETI com o  
1094 financiamento federal para residência inclusiva e eu preciso da autorização deste  
1095 conselho para fazer o aceite. Então eu trouxe umas demonstrações de que ações são  
1096 estas para vocês terem ciência. Eu vou começar com as ações do PETI e Programa  
1097 de Erradicação do Trabalho Infantil. Como vocês sabem o PETI foi reordenado e o  
1098 serviço de fortalecimento de vínculos. O PETI foi reordenado e inserido ações  
1099 estratégicas considerando que o serviço de convivência já foi feito o reordenamento  
1100 dele mesmo. Com esse reordenamento, na lógica nova do SUAS de definir os novos  
1101 serviços, é preciso tanto o ente municipal quanto o estadual fazer o aceite para  
1102 aprovação do conselho. Então este aceite é para acompanhamento e orientação do  
1103 município na realização das ações estratégicas do PETI, que já é um trabalho que a  
1104 SEDESE faz, entretanto nesse novo reordenamento o estado tem que fazer o aceite.  
1105 Então as regras gerais: pactua as ações do PETI para erradicar o trabalho infantil; o  
1106 co-financiamento e do estado, município e Distrito Federal, com alta incidência de  
1107 criança e adolescentes em situação de trabalho infantil, com pactuação bienal de  
1108 critérios de cartilha, são 5 ações estratégicas. Os municípios e distrito federal terão um  
1109 prazo de 3 anos para atingir as metas de erradicação do trabalho infantil os que

1110 atingirem permanecerá sendo co-financiados para desenvolver ações de vigilância. A  
1111 ação do estado permanecerá no município com incidência de trabalho infantil. O co-  
1112 financiamento são considerados auto incidência de trabalho infantil que apresentarem  
1113 em 2013 mais de 1000 casos no censo IBGE 2010, ou ainda um crescimento de 200  
1114 casos de trabalho infantil entre o censo do IBGE de 2000 e 2010 exceto no censo de  
1115 2014 mais de 200 casos de trabalho infantil identificados no censo IBGE de 2010.  
1116 Porque os dados são estes, porque a pactuação agora desse co-financiamento dar-se-  
1117 a de dois em dois anos. Do Co-financiamento para município, eu só coloquei para  
1118 saberem porque o estado tem que fazer a adesão e o valor que o estado irá receber  
1119 para essa atuação. Ela coloca o valor que o município irá receber de acordo com o  
1120 porte dele, município porte 1, 2, 3, médio, grande porte e metrópole. De acordo com o  
1121 numero de famílias de percentual de identificação de crianças no trabalho infantil no  
1122 CAD único vai receber o percentual tal. Sempre o valor mensal do co-financiamento  
1123 considerará a relação entre o n. de registro de trabalho infantil no cadastro único e a  
1124 quantidade de criança e adolescente em trabalho infantil identificado no censo IBGE  
1125 no código do município. Isso foi para o município que quanto mais crianças e  
1126 adolescentes. Identificada no censo inserida no cadastro infantil, o município recebe  
1127 um valor maior de co-financiamento. Essa é a meta física e financeira, no estado de  
1128 acordo com a pesquisa do IBGE 811 municípios foram identificados dos 853 crianças  
1129 em situação de trabalho infantil. Em Minas Gerais o numero diminui, entretanto teve  
1130 um aumento infantil no trabalho domestico estes 19 municípios são os que entraram  
1131 no critério que eu falei tem um numero superior a 500 situações de crianças e  
1132 adolescentes em trabalho infantil, de 200 acrescentados conforme disposto no artigo,  
1133 com isso dos 811 municípios que estão em situação de criança e adolescentes em  
1134 trabalho infantil, somente 19 irão receber esse novo co-financiamento do PET, esse  
1135 financiamento não é o serviço de convivência, é um co-financiamento novo. Por  
1136 exemplo, Belo Horizonte o IBGE identificou 9500 crianças em trabalho infantil, vai  
1137 receber de acordo com aquele calculo 12600 mês, porque esse n. de 9500 somente o  
1138 percentual que está no cadastro se não ele poderia receber bem mais. E proporcional  
1139 ao cadastro único e ao IBGE. Então o aceite do estado vai refletir esses 19 municípios,  
1140 que o conselho vai aprovar, se caso for deferido e a meta financeira é 1000 reais por  
1141 município mês. Aqui são ações estratégicas no novo programa PET no reordenamento  
1142 que foi feito. São 5 ações estratégias. Vai ser desenvolvidas ações de sensibilização,  
1143 mobilização social, campanha, políticas públicas, identificação buscativa dessa criança  
1144 e dessa família e inscrição no CAD-Único. Bolsa social, inscrição dessa família no  
1145 programa bolsa família, a inserção desse público em serviços sócio-assistenciais,  
1146 encaminhamento desse publico em cultural, esporte e lazer. Encaminhamento de

1147 famílias em ações de inclusão produtiva. Eixo de defesa e articulação, fiscalização,  
1148 acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas, articulação com  
1149 o poder judiciário e ministério público e articulação com o conselho tutelar.  
1150 Monitoramento identificação e registro de criança e adolescente no trabalho e  
1151 monitoramento no atendimento com pactuação. Os mesmos eixos e ações se referem  
1152 aos entes municipais e estaduais. E que a SEDESE vai apoiar e assessorar o  
1153 município no cumprimento dessa meta D ele acorda de erradicar o trabalho nos três  
1154 anos. Que é as ações que a SEDESE já desenvolve de capacitação, monitoramento,  
1155 orientação técnica, campanha, articulamos com a SUBDH. Inserir nas campanhas o  
1156 tema especifica de trabalho infantil, produção de trabalho informativo. E um dos  
1157 sistemas existentes, o porte desse ano no processo de reordenamento, vai existir o  
1158 processo do SUAS é o SISCOP que é o novo sistema para acompanhar que está ai.  
1159 Buscou as crianças no IBGE inseriu no CAD-Único e vai mapear essas ações que  
1160 estão sendo desenvolvidas. Compreendidos conselheiros. Então peço autorização  
1161 desse conselho para o CEAS fazer o aceite no sistema eletrônico do SUAS. Eu só  
1162 queria passar para a outra e já fechamos tudo de uma vez, são dois. A primeira é o  
1163 reordenamento do PET segundo é o aceite do estado para acolhimento do estado  
1164 para jovem e adulto com deficiência em situação de dependência em residência  
1165 inclusive. Está disponibilizado para município e estado que oferta este serviço, ambos  
1166 os entes devem fazer o aceite até 30/06 e temos que elaborar o plano de  
1167 acompanhamento do serviço, dentro de 4 meses, tem que dá ciência do plano de  
1168 acompanhamento para esse conselho, também 4 meses após o aceite. Tem que  
1169 encaminhar ao MDS o plano de reodernamento dos serviços até o 4º mês após o  
1170 aceite. Indicar o n. de residências inclusivas que se pretende estruturar, no caso de  
1171 Minas Gerais 3 unidades, executar o plano de acolhimento considerando a existência  
1172 de ações de reordenamento são 8 meses que é o prazo que temos tanto estado  
1173 quando município acolhimento em residência inclusiva. No caso estou solicitando  
1174 autorização de vocês. A SEDESE já tem esses serviços no município de Uberaba e  
1175 Belo Horizonte. Então ai estão as informações gerais que eu trouxe, são três  
1176 residências inclusivas, esses imóveis são alugados. Um no município de BH no bairro  
1177 nova suíça e dois no município de Uberaba. A capacidade de atendimento são 32  
1178 pessoas. Previsão de acessibilidade, RH necessário tudo já está de acordo com a  
1179 residência inclusiva solicita previsão de início de funcionamento na verdade estes  
1180 serviços já existem. Este serviço custa hoje R\$82171,00 mês. Estratégia de  
1181 mobilização da rede social, articulação com as demais serviços de assistência social  
1182 tenho um prazo de 6 meses para fazer esta articulação. Articular com a saúde, na  
1183 verdade aquela articulação com o serviço de assistências, as casas ainda não tem.

1184 São as casas que vocês vão visitar para fiscalizar, vocês vão confirmar isso tudo,  
1185 articulação com a saúde já existe e com as demais políticas e sociedade civil, já existe  
1186 com a sociedade civil e já existe com a educação. Articulação com os órgãos de  
1187 defesa de direitos, já existe com o Ministério Público, porque todas as questões de  
1188 direito que são feitas nessas casas, tem que ter de acordo do Ministério Público,  
1189 mobilização de comunidade já existe inclusive para implantar as residências na  
1190 comunidade foi feito um completo processo de mobilização, entregue folheto,  
1191 informado para a comunidade o público que estava morando nessas residências e  
1192 com esse aceite o estado vai receber R\$10.000,00 mês para apoiar nesse serviço que  
1193 o estado já executa sozinho, então vai ser uma melhora no aspecto dos serviços para  
1194 essa população, pode passar, na verdade a SEDESE não está implantando o serviço  
1195 novo, ela vai fazer o aceite para co-financiamento do governo Federal que possibilita  
1196 ela na execução do serviço. Ai eu peço a autorização de vocês para aceitar e está em  
1197 discussão. Conselheira Cristiane. CRISTIANE – somente uma percepção que me  
1198 chamou, sei que os critérios de partilha são dados pelo governo Federal, nós só  
1199 vamos acatar, importante para o Estado dá o aceite. Mas só uma percepção que  
1200 parecem os critérios desfavorecem os municípios de porte 1 e 2, pegando os critérios  
1201 do governo Federal, CNAS, MDS, chama a atenção a pouca inclusão de municípios de  
1202 pequeno porte 1 e 2 estão só para registrar, é importante para termos essa atenção e  
1203 ficamos sempre com essa sensação. JUANITA – conselheira Roberta. ROBERTA – eu  
1204 quero discordar da Cristiane, para entender a discussão no critério de partilha nesse  
1205 aspecto do PET, precisamos entender que aquilo foi um fenômeno. Você percebe que  
1206 as cidades de grande porte. Estou falando em um percentual que se considera quase  
1207 intolerável. Quando a discussão ela é feita, por exemplo, pelo critério de partilha ser  
1208 um recurso de gestão, que afeta município de pequeno porte, eu acho que tem que  
1209 ser considerado, agora nessas questões para o entendimento do SUAS, precisamos  
1210 entender as questões quando são feitas na lógica de fenômeno. E ai assim, são dados  
1211 do IBGE, o IBGE trouxe um dado forte, dizendo que nos grandes centros o trabalho  
1212 infantil está sendo acentuado. Agora trazer essa discussão é extremamente  
1213 importante, não só fazer a discussão por reflexão por corte, porque se não perdemos a  
1214 visão do que queremos acatar. Se fizer a divisão por porte não estará fazendo uma  
1215 intervenção onde tem um surto considerado do fenômeno. Só queria chamar a  
1216 atenção para isso para não fazer uma questão. CRISTIANE – só uma questão Roberta  
1217 que chama a atenção. Se você pega os critérios são 1000 casos identificados. Não é  
1218 só o fenômeno é a quantidade. Então assim, nesse sentido, se você pega a  
1219 quantidade de 1000 casos nos municípios em que a população é menor, claro que  
1220 isso demonstrar que o impacto é maior. São percepções, você está trabalhando com

1221 dado e eu conselheira estou trabalhando com percepção nesse sentido. JUANITA –  
1222 senhores mais alguém, eu considero que este conselho aprovou a SEDESE a fazer o  
1223 aceite. Bom, nós vamos entrar na comissão temática, eu queria definir só duas  
1224 participações. Porque depois já voltamos do almoço com as comissões e as  
1225 capacitações. Pode ser? Nós recebemos o convite do CMAS, para participar de  
1226 reunião que vai ser realizada e ampliada que vai acontecer em porto alegre no período  
1227 de 23, 24 e 25 de julho. Nós recebemos também um convite do Ministério da Saúde  
1228 para participar do Seminário de Boas praticas de controle da tuberculose e  
1229 vulnerabilidade e infecções junto à população de situação de rua 18 e 19 de setembro  
1230 em Brasília. Eu gostaria do conselheiro que tiver interesse para dispor seu nome se  
1231 caso mais de um vamos ver de que forma vamos conduzir. Roberta, Porto Alegre,  
1232 Marcelo Porto Alegre. Reunião ampliada do CNAS já temos dois conselheiros. Ok!  
1233 Consolação. Segundo seminários de boas práticas, Tanita, Volney e Anália. Desculpa  
1234 nós estamos abrindo uma vaga para participação, como nós tivemos mais de uma,  
1235 nós vamos definir quem. Com a demanda da Consolação da secretaria executiva, ai  
1236 dou de acordo para ela, pois estamos em um trabalho enorme do CEAS até para  
1237 qualificação da equipe técnica. Então da outra vez, já foi em uma reunião ampliada. Oi  
1238 Roberta! ROBERTA – eu quero fazer uma sugestão. Eu acho que a proposta, do  
1239 convite veio para o CEAS e nós estamos discutindo do ponto de vista de conselheiros.  
1240 Compreendo essa lógica da capacitação. A minha sugestão que este conselho pleiteei  
1241 mais uma vaga para a participação da secretaria executiva. Então Ok! JUANITA -  
1242 Estou colocando aqui Roberta, com relação a diárias. ROBERTA – estou replicando.  
1243 JUANITA – toda plenária é aberta para participação. ROBERTA – estou colocando em  
1244 cima da sua fala que seria uma vaga. Nós temos uma vaga para três candidatos.  
1245 JUANITA – para dois candidatos. ROBERTA- A secretaria executiva então ela vai de  
1246 todo jeito. JUANITA – é a parte. ROBERTA – então precisa colocar ele ali. JUANITA –  
1247 é Roberta e Marcelo. MARCELO – nunca é demais a participação, acho que não  
1248 devemos nós preocupar nesse momento com a questão da diária. Do meu ponto de  
1249 vista, dada a qualidade do evento. Acho interessantíssimo quando temos a  
1250 possibilidade de duas representações. Uma da sociedade civil outra do governo,  
1251 considerando a qualidade que o retorno tratara para os governos. E quando eu  
1252 defendo minha participação, lá será discutido questões da conferência municipal. E  
1253 nós tivemos oportunidade da primeira reunião que teve técnico aqui do conselho, que  
1254 foi fundamental a participação. Então defendo a participação. Então o que eu coloco  
1255 cara presidente é que haja uma sensibilidade por parte do conselho por parte da  
1256 gestão de que não haja dificuldade por parte do conselho de que tenha a participação  
1257 de dois conselheiros. JUANITA – oi! Ele está defendendo duas participações, porque

1258 nós tivemos dois candidatos um governo outro sociedade civil. Na verdade eu tenho  
1259 um problema de liberação de cota, um problema de liberação de financeiro, então  
1260 esse é um problema meu como gestora. O que podemos aprovar nesse momento é a  
1261 indicação dos dois. Entretanto administrativamente eu tenho que ver a possibilidade  
1262 disso, isso é uma coisa. A outra coisa é administrativamente a possibilidade disso,  
1263 considerando que tanto a SEDESE quanto o CEAS trabalha com a liberação de cotas.  
1264 E a liberação de cotas do CEAS inclusive é apresentada pela secretaria executiva e eu  
1265 aprovo. Nada impede o conselho aprovar e administrativa vamos ver a possibilidade  
1266 de atender OK! ROBERTA – só para clarear e do ponto de vista a aprovação do custo,  
1267 a secretaria executiva está inscrita. Então Marcelo, não são duas pessoas, são três do  
1268 ponto de vista de recursos, para além do limite da cota mensal, que vão sair o custo  
1269 de diárias para participação de conferência mensal. Eu só estou colocando isso para  
1270 não tratar a coisa de forma isolada. Pois quando ela faz o pedido de cota entra todas  
1271 as despesas do mês. Que foram aprovados na plenária, o que compõe o limite de cota  
1272 da subsecretaria. Ai Juanita, só para contribuir e a nossa intenção é que a coisa  
1273 aconteça. O que podemos fazer é que esse pedido de aprovação dos dois, o limite de  
1274 cota da minha participação sairia na minha subsecretaria, então já facilita para você.

1275 JUANITA – eu agradeço a Roberta e na dificuldade que eu tiver eu sempre sei que  
1276 posso contar com a subsecretaria dela. E eu quero que o conselho entenda também  
1277 que é uma questão de organização do estado. Não é por uma imposição de uma  
1278 dificuldade da não participação é uma lógica organizacional. Nós temos outro convite  
1279 que é para participar dos seminários e nós temos três pessoas. Três nomes e a vaga é  
1280 de uma pessoa desse CEAS. Foi disponibilizado para esse CEAS. ANÁLIA – eu  
1281 coloquei meu nome na eminência de contribuir, mas diante da disponibilidade da Tanit  
1282 eu abro mão. TANIT – é isso que eu queria falar para vocês, eu posso pedir a vaga da  
1283 minha participação via ministério da saúde, acho que conseguimos a vaga por lá e  
1284 uma por aqui. JUANITA – então a Tanit tentará pelo estado e nós temos Volney e  
1285 Anália. Não! Ela abriu mão para a Tanit, não é isso Anália! VOLNEY – se não  
1286 conseguir a vaga pelo ministério eu abro minha mão para você Tanit e para a Anália  
1287 para a saúde mental. JUANITA – Eu queria fazer a defesa da Anália. Ela como gestora  
1288 a temática que vai ser trabalhada ali, a questão da população em situação de rua.  
1289 Então eu queria trazer essa discussão. A Tanit já vai pela Saúde. Há ela vai tentar! Ok!  
1290 Primeiro a Tanit, segundo a Anália, pode ser Volney? Então eu agradeço a todos  
1291 retornamos então 13hs pode ser? Porque hoje nossa reunião vai terminar bastante  
1292 cedo. A data do seminário é 18,19 de setembro, a Consolação vai pegar a questão de  
1293 preenchimento. JUANITA – conselheira Roberta podemos retornar à plenária,  
1294 podemos senhores. Vamos ter o relato, das comissões temáticas. Vamos começar

1295 pela comissão de política. Conselheira Roberta, por favor. Há desculpa! Posso  
1296 passar? ROBERTA – vamos esperar o Marcelo chegar, há já está aí, como eu não  
1297 estava na comissão gostaria que ele relatasse. JUANITA – na verdade estamos com  
1298 um problema. Apesar de querer passar a comissão de normas na frente à Rosilene  
1299 que vai fazer o relato ainda não chegou, então vamos passar para a comissão de  
1300 política e eu peço desculpas. Mas vocês permanecem mais um pouco. Por favor,  
1301 Marcelo. MARCELO – Bom tivemos poucos pontos a serem discutidos. A conselheira  
1302 Roberta estava na reunião da conferência, a nossa coordenadora e por este motivo  
1303 ela não pode participar das discussões, mas poderá contribuir agora. O tema que foi  
1304 apresentado como ponto 1 é referente aos 668 municípios do estado que se  
1305 encontram habilitados para participar do serviço de fortalecimento e convivência e  
1306 vínculos. A comissão de apoio do CEAS no sentido de assessorar os conselhos  
1307 municipais, no acompanhamento de aceite pelos municípios, é a tratativa técnica o  
1308 parecer que foi dado é de que o CEAS já encaminhou um e-mail aos 668 municípios,  
1309 solicitando que façam a gestão junto ao órgão gestor, para fazerem um aceite até o  
1310 dia 24, a fim de dar continuidade na oferta do serviço. A sugestão que se teve da  
1311 equipe técnica seria de encaminhar novo e-mail para reiteração, para sensibilizar os  
1312 conselhos para que não deixem de acompanhar os serviços junto ao gestor devido à  
1313 importância da qualidade de oferta desses serviços. Nós discutimos e foi perguntando  
1314 se esse reordenamento de serviço de convivência seria o PROJOVEM e colocado que  
1315 não seria necessário enviar e-mail novamente, uma vez que não haveria tempo hábil  
1316 para isso, considerando que dia 24 já seria segunda feira. Foi indagado se a  
1317 informação sobre a reprogramação do saldo do dia 31/12, gerou esse ofício da  
1318 SEDESE. O que discutimos que saiu um documento da SEDESE informando sobre o  
1319 reordenamento de serviço de convivência, falando que poderia reprogramar até o dia  
1320 31, se isso tem haver como documento que nós encaminhamentos, para os 668  
1321 municípios, se tem uma correlação com a outra. JUANITA – na verdade eu estou  
1322 confusa. O reordenamento do serviço de convivência é uma coisa, é o antigo  
1323 PROJOVEM, PET, serviço de convivência para criança e para idoso. Todos os  
1324 municípios que executaram até 31/12 na modalidade antiga, estão passando por  
1325 processo de reordenamento. A dúvida que foi gerada pelos municípios é que como o  
1326 PROJOVEM será instituto eles teriam que devolver os recursos para os cofres do  
1327 governo Federal, isso já foi esclarecido. Isso não vai acontecer, ele vai fazer a  
1328 reprogramação, o que a SEDESE encaminhou para este conselho, foi no sentido de  
1329 mobilizar os conselhos municipais no sentido que o gestor tem que fazer o aceite, que  
1330 o prazo está acabando. Não fazendo o aceite ele perde o co-financiamento do que ele  
1331 já tinha garantido Marcelo! MARCELO – o que nós discutimos foi isso. é o CEAS já

1332 mandou a correspondência para todos os conselhos sensibilizando para este tema e  
1333 entendemos agora nessa plenária que já não temos mais nada a fazer, porque dia  
1334 24/06 já é segunda feira. E nós não temos condições de chegar aos conselhos  
1335 municipais, então este ponto foi discutido. E como houve uma duvida trouxemos para  
1336 cá. JUANITA – e que eu esclareci, não é isso? MARCELO – perfeito! Ponto 2, pois  
1337 não! ROBERTA – como eu não estava na comissão, eu quero acrescentar duas  
1338 coisas, para poder pedir o apoio da plenária. Primeiro quando propomos em enviar e-  
1339 mail, estou falando da experiência nossa da gestão. Não basta só um ofício, enviar um  
1340 e-mail, dia 24 é segunda, mas se quiser enviar hoje. Como o MDS, por exemplo,  
1341 trabalha na perspectiva para insistir que o Estado e o município cumpre. E também  
1342 fazemos isso no estado. Você passa e-mail pela manhã e pela tarde. Vai  
1343 bombardeando. Então eu acho que não inviabiliza, o fato do dia 24 ser segunda-feira,  
1344 não inviabiliza mandar e-mail. Manda hoje e segunda-feira pela manhã manda outro.  
1345 E-mail é só uma questão, tendo uma mala direta você manda. Não é igual a ofício,  
1346 porque se for mandado ofício, se foi mandado ofício e o risco de ter chegado na mão  
1347 do conselho é muito grande. Então acho que não inviabiliza bombardear. MARCELO –  
1348 penso que não tem problema nenhum e você está correta. ROBERTA- pois é. Outra  
1349 questão é o seguinte. A comissão de política terá que acompanhar o processo de  
1350 adesão desses municípios. Na perspectiva de oferta de serviço à medida que tem  
1351 essa oferta tem essa adesão, tanto a comissão de apoio e política poderiam está  
1352 divulgando a comunicação disso, e a comissão de política acompanhar do ponto de  
1353 vista depois de fechado o período de adesão de quantos municípios ficaram com  
1354 atraso. Então ele foi encaminhado para nós, muito depois de acompanharmos quem é  
1355 e a quantidade de municípios fizeram a adesão e sabermos a quantidade de serviços  
1356 implantados nos municípios. MARCELO – para além dessa proposta, fazer o envio de  
1357 e-mails, que após a adesão façamos o monitoramento. JUANITA – conselheira Fátima  
1358 FÁTIMA - quando eu vi. (falas ao fundo). JUANITA – o município vai perder recursos e  
1359 serviços. Isso já está sendo feito para o gestor. Nós solicitamos apoio do conselho  
1360 para articular os conselhos municipais de assistência no sentido de pressionar o  
1361 gestor no aceite, para ele não perder dinheiro. Acabou o prazo, como é gestor Federal  
1362 que repassou o recurso, vai depender do gestor postergar o prazo. FÁTIMA – isso que  
1363 seria a solução. JUANITA – aqui não tem como., isso é só o governo Federal.  
1364 Estamos fazendo essa ação. MARCELO – Parece simples mas de uma complexidade  
1365 tamanha que foi a discussão e sentimos muita falta da nossa coordenadora que foi  
1366 poderia dar maiores esclarecimentos. Mas foram questões de gestão que a maioria  
1367 dos conselheiros tiveram dificuldades. Conselho municipal de lavras, ele enviou um  
1368 ofício para nós sobre a redução dos recursos que a prefeitura fez para a APAE de

1369 lavras nós recebemos este documento no dia 17/06/13 tem as referencias legais, a  
1370 resolução 33 que trata da NOB SUAS, e a tratativa que nós emitimos o parecer  
1371 preliminar. A redução do valor repassado à APAE, aconteceu devido a ajustes  
1372 necessários para que uma determinada entidade não ficasse prejudicada e as demais  
1373 não perdessem os repasses do mês de janeiro, fevereiro, devido ao prazo  
1374 estabelecido para assinatura de documentos. Isso que acabei de ler vem da ata do  
1375 conselho municipal de lavras que coloca isso como sendo o motivo. Sugestão técnica  
1376 é encaminhar ofício ao conselho municipal sugerindo que ele faça acompanhamento  
1377 junto ao gestor, quanto a manutenção dos recursos anteriormente aportados a fim de  
1378 garantir a qualidade dos serviços das entidades prestados junto ao seu publico. Ainda  
1379 orientar o conselho municipal, que quando da análise da peça orçamentária que eles  
1380 observam a dotação orçamentária afim de que eles não venham prejudicar os  
1381 trabalhos das entidades. Sugestão encaminhar ofício a APAE de forma a sugerir que  
1382 ele busque outras formas de recursos que não seja somente via prefeitura. Na  
1383 discussão foi mencionado que a ata não está deliberando, mas somente informa a  
1384 questão que já ocorreu. Aquilo que enviamos de ofício a determinação do conselho  
1385 municipal que determinou essa alteração com repasse dos recursos, não consta na  
1386 ata como deliberação. E ai a sugestão, encaminhar ofício ao conselho municipal de  
1387 lavras, solicitando que a ata que deliberou sobre a redução desses recursos que foi  
1388 reduzido ou repassado. E para qual entidade foi destinado, uma vez que na ata não  
1389 delibera, mas só informe o que foi feito. Nós discutimos que estes recursos são da  
1390 serie histórica que repassava recursos direito para as entidades. Rede SAC, teve uma  
1391 determinação de que os conselhos municipais a um período atrás iria deliberar sobre  
1392 qual entidade iriam receber, se continuariam com a APAE isso ficou a critério de  
1393 deliberação do conselho municipal. A ata que foi enviada não trata disso. Ela  
1394 simplesmente fala aquilo que disse anteriormente. Eles colocaram o seguinte. A  
1395 redução do valor repassado á APAE aconteceu devido a ajustes necessários para que  
1396 uma determinada entidade não ficasse prejudicada devido a repasses de janeiro a  
1397 fevereiro devido às assinaturas de convênios. Isso nós remeteu a uma questão que  
1398 parecia que era algo que a gestão determinou e modificou e não uma deliberação  
1399 passada pelo conselho. JUANITA – o que temos que solicitar é a autorização do  
1400 conselho. MARCELO – a deliberação que autorizou esse repasse que é o que  
1401 podemos fazer para informar à APAE, inclusive é o motivo que ocorreu essa redução.  
1402 JUANITA – isso aqui não tem que deliberar não é isso? Isso é um encaminhamento.  
1403 Alguém gostaria de fazer contribuição. ANÁLIA – a minha contribuição, já que o CEAS  
1404 vai passar uma orientação para o município, é que dentro do reordenamento do  
1405 serviço de fortalecimento de vínculos, que pode-se também fazer um convenio com a

1406 entidade para que haja um serviço de fortalecimento de vínculo, porque geralmente as  
1407 APAES tem muitos beneficiários. JUANITA – Consolação você esta anotando!  
1408 Conselheira Roberta. ROBERTA- a minha sugestão é que não encaminhamos o texto  
1409 sugerindo a entidade que capte recurso de outro lugar que não seja o poder público.  
1410 MARCELO – isso foi o que foi discutido. Nós estamos encaminhamento e a solicitação  
1411 do conselho que encaminhe para o conselho Estadual a ata que deliberou. Isso foi  
1412 síntese da discussão. SÉRGIO – eu acho que o encaminhamento está correto. Quanto  
1413 a essa questão de recursos já acontece com as entidades. 80% das receitas são de  
1414 doações. Não são do poder público. As entidades já tem o movimento de captar  
1415 recursos e que eu não sei que no caso de uma coordenação Estadual e nacional na  
1416 construção de uma rede de assistência pública que é formada por entidade se é bom  
1417 ou ruim. Na verdade na hora que as entidades passam a não ter parceria com o poder  
1418 público ela sai da rede. Cria uma rede paralela. Eu acho que é uma discussão que  
1419 devemos está atentas. JUANITA - Essa questão eu gostaria de contribuir, Sérgio! Até  
1420 por está representando a cadeira da federação das APAES, mas eu acho que esse  
1421 eixo do sistema único de assistência nós estamos engatinhando e você sabe muito  
1422 bem. Com relação a estruturação da rede. Privar pública iniciamos com os  
1423 equipamentos CRAS e CREAS, mas a privada ela está engatinhando, então talvez eu  
1424 tenho certeza que a maior dificuldade do município é não entender que esse rede faz  
1425 parte da rede socioassistencial, que ela não pode encaminhar sozinha. SÉRGIO –  
1426 hoje o próprio ministério já está com esse entendimento. Hoje quando você faz essa  
1427 análise, por exemplo, não sei se estiveram os fórum das entidades, que a faculdade  
1428 de assistência social da PUC está fazendo, fica muito claro a disparidade, impossível  
1429 ignorar essa rede, a nível da estruturação do SUAS, o que tem que fazer é trazer essa  
1430 rede para o SUAS e readequar os serviços para fins do SUAS.

1431 ROBERTA – acho que mais, acho que nós estamos tentando construir no SUAS uma  
1432 rede de assistência social não é no principio do co-financiamento. Estou tentando  
1433 rebater sua fala quando você fala assim, se deixar de ter o financiamento seria uma  
1434 rede paralela. Não! Nós estamos querendo construir o seguinte. Prestou serviço  
1435 socioassistencial. É da rede, ela cai dentro do regulamento do SUAS. Discutir  
1436 financiamento entra tudo. Discutir reordenamento, a questão da capacidade entra  
1437 tudo. Não podemos porque nós tivemos um longo tempo, quando compreendíamos  
1438 que uma rede estava co-financiada, queríamos entender que uma rede co-financiada  
1439 ou não é ter o financiamento para todas. De uma forma equitativa. Prestou serviço  
1440 sócio-assitencial ela está na rede e está sujeita a qualquer sindicância, qualquer  
1441 regulação da assistência. Porque se não for assim. Nós vamos trabalhar com um olhar  
1442 de construir só o que financiamos. E não é a lógica do sistema único. SÉRGIO – você

1443 está certíssima. No entanto para uma coordenação a nível dos estados ou nível  
1444 nacional esse co-financiamento é dificultado, essa é a reflexão que estou fazendo.  
1445 Lógico que se não haver um co-financiamento para as entidades é obvio a  
1446 coordenação pelo Estado e a coordenação e pela união será difícil. JUANITA –  
1447 inclusive a lei orgânica da assistência na sua alteração garante esse financiamento  
1448 para as entidades privadas. Estamos separando o joio do trigo. Inclusive a porta de  
1449 entrada da entidade no SUAS é o conselho que dá. Ele que autoriza a entidade a  
1450 funcionar. A partir do momento que é autorizado ela está à regra da assistência social.  
1451 SÉRGIO – o marco legal do financiamento do SUAS ainda tem muito que evoluir.  
1452 MARCELO – ponto 3 conselho municipal de mariana, solicitou informações se a  
1453 câmara de mariana poderá diminuir os valores de repasse de recursos pelo conselho  
1454 municipal e referendados pelo poder executivo. Temos as referencias legais, a lei  
1455 orgânica da assistencia e a resolução que aprova a NOB SUAS. A tratativa técnica. O  
1456 conselho aprova junto ao poder executivo a peça orçamentária para referente aos  
1457 recursos da área de assistência social, após o poder executivo encaminha a peça  
1458 para o poder legislativo. Porém esse tem autonomia para promover modificações no  
1459 repasse de recursos. Sugestão de encaminhar ofício ao conselho para fazer gestão da  
1460 câmara junto ao município, para que na hora de aprovar os repasses mantenha os  
1461 recursos objetivando manter os recursos junto às entidades. Ainda responder ao  
1462 legislativo tem autonomia para diminuir o valor dos recursos. Na síntese dos recursos.  
1463 Houve duvidas da peça orçamentária até ser aprovado. O que foi esclarecido. O  
1464 encaminhamento gerado, foi aprovar a sugestão aprovado acima na tratativa técnica.  
1465 JUANITA – tem que ficar atenta ao prazo, se estiver sido aprovado na câmara o  
1466 orçamento. MARCELO – ponto 4 - email do conselho municipal de São João da  
1467 Ponte, informando que estão cientes do vencimento da gestão do conselho e expondo  
1468 o motivo sobre a desatualização dos dados no CADSUAS, documento dia 18/06. A  
1469 tratativa técnica parecer o motivo da desatualização do CAD SUAS é o aguardo da  
1470 aprovação da lei de criação do conselho municipal pela câmara devido a informações  
1471 pelo CNAS e CEAS para providenciar alterações. A assistente social da secretaria  
1472 municipal orientou para proceder com a criação, somente após aprovação da lei.  
1473 Sugestão que o município pegue o mandato da gestão anterior até a publicação da  
1474 nova lei e realização da nova eleição. Orientar que a regularização não pode  
1475 prejudicar e orientar que essa situação encontra-se inativa e o mesmo deve ser  
1476 imediato. O mesmo não pode ficar esperando a publicação de nova lei de criação.  
1477 Síntese da discussão. A comissão ficou em duvida se é permitido e aguarda o  
1478 conselho municipal, se prorroga ou se faz nova eleição. A tratativa levar o assunto  
1479 para plenária. Isso porque. ROBERTA – eu fiz a sugestão de encaminhamento.

1480 MARCELO – até encaminhar para as comissões de norma e apoio do conselho do  
1481 CEAS sugestão de visita pelo CEAS ou pela diretoria de gestão do SUAS. ROBERTA  
1482 – compreendendo que para o sistema funcionar é o CPF então o conselho está  
1483 desativado, então o conselho não está funcionando. Ai acho que a diretoria de gestão  
1484 do SUAS tem que fazer uma ingerência rápida, ele tem que manter enquanto tem uma  
1485 lei vigente. Você só pode trocar quando tem uma lei fora isso ele tem que funcionar do  
1486 jeito que está. Veja bem Fátima! Existe uma lei, e você vai trabalhar enquanto ela está  
1487 vigente, não interessa se ela é boa ou ruim. Isso é lei, veja bem, é o que estamos  
1488 dizendo a lei está vigente. Cumpra-se a lei. Não interessa, o mandato venceu, eles  
1489 tinham que prorrogar ou fazer nova eleição. Diferente de quem é eleito. O que não  
1490 pode é o CPF não funcionar. Está dito não existe conselho, não existe controle social.  
1491 Ou seja o SUAS ali o município não pode nem habilitar ele não está nem funcionando.  
1492 MARCELO – na verdade Roberta! Não chegou-se a esse consenso que seria uma  
1493 nova eleição ou uma nova prorrogação, então é por isso que se trouxe a discussão.  
1494 Sim! É levar a orientação para eles das duas possibilidades. ANÁLIA – enquanto  
1495 comissão de apoio e ontem recebemos a informações e tem um comunicado do CNAS  
1496 informando que o Estado de Minas conta com 159 municípios com gestão de conselho  
1497 vencidas no CAD SUAS e para vencer em agosto mais 158 municípios. Não cabe a  
1498 questão da visita é uma ação muito maior. ROBERTA- nós estamos falando de visita  
1499 nesse caso, nós não tínhamos sua informação ai sim, coloca no bolo e faça uma ação  
1500 imediata. O mais saudável até para a questão das conferências é tratar esse numero  
1501 de municípios com uma prorrogação. Até para eles participarem de conferência. Eles  
1502 estão inviabilizados de tudo. Que seja para a próxima. Hoje nós temos a conferência  
1503 municipal, hoje você está me dando o numero de quantos municípios? ANÁLIA – 159  
1504 ROBERTA – 159 contando com ponte novo, mas 158 para descer. Eu digo na verdade  
1505 se fossem levar no pé do sistema único de assistência social, 159 municípios não  
1506 podem nem fazer conferência e ai a primeira coisa que tem que ver. Por exemplo,  
1507 estão fazendo conferência só para a gestão. Se o conselho está fechado. Ai vale uma  
1508 varredura. Vocês já fizeram conferência, se eles já estão participando de alguma  
1509 conferência. Nós não estamos cruzando esses dados. Tem um dado importantíssimo.  
1510 ANALIA – estou falando que é muito maior na eleição que ocorrerá do CEAS dos  
1511 conselhos. Nós temos que dá uma olhada agora (falas ao fundo). JUANITA –  
1512 Rosilene! ROSIELENE – chegou na comissão de normas, que entendemos que não  
1513 tem condições. São varias sem pertinência e estão em analise para discutir. É muito  
1514 complexo a colocação dela. Os questionamentos não tem a menor condição. JUANITA  
1515 – completo desconhecimento. Que não é a realidade de São João da Ponte. Que é  
1516 uma realidade muito grande. Conselheiro Marcelo, já finalizou? ROBERTA – sugestão

1517 de encaminhamento incluindo São João da Ponte. Dos 159 primeiro ver se ele está  
1518 dentro. Se não estiver passa para 160 uma correspondência imediata para este  
1519 conselhos, fazendo varredura se já fizeram conferência, eles teriam que apresentar  
1520 para nós. Eles estão inviabilizado de participar da conferência Estadual da regional, e  
1521 de votar e qualquer coisa. Se aceitarmos isso é dizer que a conferência foi feita  
1522 apenas por gestores, porque se não tem conselho foi feita por gestores. Segunda  
1523 questão para os que vão vencer em agosto, dizendo que se em primeiro de agosto os  
1524 conselhos não tiverem empossado, o conselho não pode nem realizar a conferência.  
1525 Ele só pode realizar após enviar a comprovação se o conselho voltou a ser ativado.  
1526 Porque não existe conferência sem conselho, isso para nós. Essa informação sua ela  
1527 entra nessa discussão além de ser complexa ela é seria. JUANITA - Eu gostaria só de  
1528 reiterar o que a conselheira Roberta está falando até para alternativas para a  
1529 comissão de apoio. Porque hoje já existe o senso conselho. Nós temos na fotografia  
1530 dos conselhos mineiros, todas as fragilidades possíveis, inclusive quando iniciou o  
1531 senso conselho, nós fizemos uma intervenção nesse sentido. Então assim de forma  
1532 pró-ativa que a comissão veja como está o panorama do senso conselho, apesar do  
1533 ultimo ter sido ano passado, mas acho que é o norte que a comissão de apoio tem é  
1534 com esse instrumento. (falas ao fundo) INTERLOCUTORA – estes municípios já estão  
1535 na lista dos 159 e inclusive isso foi uma resposta ao e-mail enviado cobrando isso aqui  
1536 e a desatualização que já foi enviado para todos os municípios. Não tem tanto assim  
1537 hoje porque depois que eles mandaram. Nós já enviamos estamos enviando a uns 15  
1538 a 20 dias e alguns já manifestaram da atualização e o conselho já está vencido. Nem  
1539 sempre é uma forma de atualização que o conselho está vencido. Ele está  
1540 desatualizado no CADSUAS e é o que está sendo usado. A eleição já foi realizada e  
1541 muitas vezes não foi feita no sistema. Muitas vezes eles dizem não sei como fazer a  
1542 atualização. E muitos já corrigiram depois disso. ROBERTA – a minha sugestão diante  
1543 desse dado da Anália trás não cabe muitas duvidas. Desses 159 esse já fez  
1544 conferência, e se não fez esse vai fazer. Ai nós temos um documento. Nós queremos  
1545 documento. Porque ela trouxe uma informação concreta do sistema. O que acontece  
1546 em toda conferência, nós percebemos que o município não fez a conferência, porque  
1547 todos os participantes que chegam para a conferência são todos da área  
1548 governamental. Nós não atinamos mais uma vez dessa forma, de usar a ferramenta  
1549 do senso conselho. Para fazer a conferência Estadual. Agora toda conferência  
1550 Estadual nós percebemos nitidamente que os conselhos estão desativados e 80% é  
1551 da área governamental que vem, Será que está funcionando, porque a sociedade civil  
1552 não vem. A comissão tem que trazer para nós uma ação com esse dado e o  
1553 cruzamento de conferência, porque estamos no momento da estrutura do SUAS que

1554 precisa do CPF. O mínimo é o CPF, não é a qualidade do CPF. É a comprovação de  
1555 funcionamento. JUANITA – esclarecido Paula. Conselheira Tanit. TANIT – Juanita eu  
1556 quero fazer uma colocação não sei se é o momento, mas não queria deixar passar em  
1557 branco. Eu não estive na reunião do conselho ontem a Ethiara veio nós representando  
1558 e a Ethiara nós colocou que está sendo discutido entre as comissões de política e  
1559 norma o documento que vai dá as orientações para inscrição de entidades no  
1560 conselho do CEAS, mas eu quero dá uma informação ao conselho que essa situação  
1561 ainda não está definida, que nós estamos nós reunindo com as entidades e  
1562 comunidades terapêuticas não sei se estão pensando em incluir nessa orientação.  
1563 Mas hoje o que acontece. Mas a título de contribuição, nós temos hoje no governo do  
1564 estado que é o programa aliança pela vida e uma das ações que é o cartão aliança  
1565 que financia tratamento em comunidade terapêutica. Eu vou fazer para chamar a  
1566 atenção não vou me alongar na discussão, mas é que hoje uma das coisas do cartão  
1567 para habilitar a entidade nesse tipo de serviço, existe um gestor formado pela saúde,  
1568 SEDESE, subsecretaria de políticas de drogas. E uma da documentação exigida é o  
1569 registro no conselho da entidade, pelo conselho. Qual o conselho? Conselho de  
1570 referencia. Outras entidades procuraram no conselho municipal de assistência e o  
1571 conselho disse que não era lá e as entidades chegaram para nós com negativa dos  
1572 conselhos. E que nenhum conselho regulamentava esse nível de entidade. Então  
1573 precisamos rever e como cadeira de conselheira no conselho de políticas sobre  
1574 drogas essa discussão já está chegando e não sei qual dos dois é mais adequado  
1575 para regulamentar esse tipo de entidade. E estou propondo que façamos uma  
1576 conversa se possível com o conselho de política sobre drogas que está tentando  
1577 regulamentar essas entidades para não dá duplicidade. Como a Roberta falou agora a  
1578 pouco se presta serviço sócio-assistencial tem que ter interferência desse conselho.  
1579 Mas não sei se é só esse porque no caso das comunidades teriam que ter outras  
1580 interfaces com essa questão. Só para lembrar isso. ROBERTA – você não perder a  
1581 discussão da comissão da próxima vez. Nós ficamos quase uma hora discutindo esse  
1582 item, nós não fomos nem para A nem para B. comunidade terapêutica é uma sugestão  
1583 complexa. No dia da comissão você não pode faltar. Ali é o lugar que você vai  
1584 contribuir com uma maior riqueza. No âmbito do governo nós estamos presos na  
1585 discussão. Seja onde for. JUANITA – agora vamos passar para a comissão de  
1586 normas. Rosilene. ROSILENE – peço desculpas pelo atraso, achei que eram duas  
1587 horas. Relatório para encerramento de atividade do PA, PCH Zepelin, após seis  
1588 meses de comprovação da PAS barragem. Data do recebimento do documento  
1589 10/04/2013, vou solicitar a Rosa para falar do parecer dela. ROSA – boa tarde! A PCH  
1590 Zepelin, ano passado houve comprovação do plano de assistência dela e deliberado

1591 que o posto de atendimento social tinha que funcionar mais 6 meses após a licença de  
1592 operação. A licença de operação foi emitida em dezembro de 2012, então agora está  
1593 vencendo. Eles encaminharam o relatório do posto de assistência social. Deixando  
1594 bem claro que não é do plano. O plano já foi proposto. Eles apresentaram que foi  
1595 proposto. O monitoramento das famílias que foram reassentadas após licença de  
1596 operação e fizeram monitoramento da área não só rural, mas também urbana, é pelo  
1597 diagnóstico o monitoramento não houve alteração das políticas públicas e na área  
1598 rural as famílias que foram reassentadas, foram 10 famílias atingidas e 5  
1599 reassentamentos. Foram acompanhadas pela equipe do posto e o parecer técnico é  
1600 de aprovação do relatório final e ainda consultei o conselho municipal de guarani eles  
1601 emitiram parecer confirmando todas as informações apresentadas o relatório tem isso  
1602 no nosso processo. E eles também indicaram pela aprovação, então o parecer técnico  
1603 é pela aprovação do relatório e para o encerramento das atividades do posto de  
1604 atendimento técnico social. E a comissão ela encaminhou nesse sentido, de aprovar o  
1605 encerramento das atividades do posto. ROSILENE- obrigada Rosa! JUANITA – em  
1606 discussão. VOLNEY – só para esclarecer apesar de ter sido poucas famílias atingidas,  
1607 vocês perceberam algum modelo diferenciado nesse atendimento. Fechou de forma  
1608 brilhante para as outras aprovações. Difícil né Rosa! ROSA – eu vou falar enquanto  
1609 técnica da aera da assistência social. A equipe do posto de atendimento teve uma  
1610 afinidade muito grande com as famílias atingidas, o Julio foi até o relator. É havia  
1611 afinidade com o conselho municipal e a secretaria de assistência social local. Eles  
1612 acompanharam de fato o antes do reassentamento e o antes de serem atingidos e o  
1613 pós. Então as atividades que o posto fez foi em parceria com o gestor local. O Julio foi  
1614 o relator fez a visita na época da comprovação do PAS. JUANITA – o indicativo é para  
1615 aprovar a indicação da CODEVASP para 19/07, não é isso? A pessoa está lendo. Fala  
1616 qual é o encaminhamento. ROSILENE – aprovar o relatório da execução do posto e o  
1617 encerramento das atividades. JUANITA – desculpa, leia o encaminhamento  
1618 novamente. ROSILENE – aprovar o relatório da execução do posto e o encerramento  
1619 das atividades. JUANITA – aprovado senhores conselheiros. ROSEILENE – ofício n.  
1620 19/13 datado de 11/06/2013 a CODEVASP empreendedora do projeto hiperagrícola de  
1621 jequitái informa que a contratação da empresa vencedora só poderá ser efetivada  
1622 após a publicação no diário oficial da união, ocorrida em 31/05/2013, que a empresa  
1623 vencedora iniciou a mobilização técnica e apoio após essa data com previsão de  
1624 finalização do processo na primeira quinzena de julho. Após o exposto solicita a  
1625 prorrogação de prazo para o dia 19/07/2013 a tratativa técnica o plano de assistência  
1626 social do projeto hidroagrícola em Jequitái foi aprovado por meio da resolução 437 no  
1627 CEAS publicada em 13/4/2013 em seu artigo 2 § único dispõe que os postos de

1628 atendimento social deverão está em funcionamento com instalações próprias no prazo  
1629 máximo de 30 dias. A contar da data de publicação da resolução. Na 180º do dia  
1630 29/5/2013 foi aprovado a prorrogação do prazo após a aprovação da resolução  
1631 437/13, ou seja, prorrogada a implantação dos postos até 2/07/2013, ainda foi  
1632 deliberado o envio de correspondência ao conselho municipal de Jequitaiá, Clara dos  
1633 Poções e Francisco Drumond, atingidos pela construção, solicitando a confirmação  
1634 dos postos na data prevista. A CODEVASP, justifica a prorrogação de mais uma  
1635 solicitação. Considerando que a empresa só pode iniciar a mobilização da equipe que  
1636 iniciará os trabalhos após sua publicação. Ainda que esse processo de mobilização  
1637 tem a estimativa de ser realizado na primeira quinzena de julho. A comissão discutiu e  
1638 entendeu a importância e o encaminhamento é aprovar a solicitação da CODEVASP  
1639 de implantar os postos até 19/7/2013. JUANITA – em discussão senhores. Alguma  
1640 pergunta, algum questionamento. CRISTIANE – eu estou tentando entender que eles  
1641 estão aguardando processo licitatório de que. Que processo é esse que está  
1642 emperrando o processo. ROSA – o processo licitatório é porque é uma empresa do  
1643 estado. A CODEVASP e a RuralMinas são governamentais, qualquer contratação que  
1644 é feita pelo estado tem um processo licitatório. A empresa de consultoria tem que  
1645 passar por um processo licitatório. Então esse processo realmente é demorado. Então  
1646 só foi publicado até 31/5/2013, a empresa teve que reconhecer a área fazer a  
1647 entrevista com os profissionais da região, já fiquei sabendo que contrataram uma  
1648 assistente social de Jequitaiá para trabalhar no posto. Então é um processo demorado.  
1649 Achar o local. A solicitação é que sejam juntos a abertura do posto social. JUANITA –  
1650 considera aprovado a solicitação da CODEVASP. ROSILENE – ponto 3 resolução  
1651 398/13 que dispõe sobre a comprovação do plano de assistência social da PH Oliveira.  
1652 Equivocadamente faz referencia a Mucuri. E ai a discussão é de alterar a resolução  
1653 398 substituindo. ROBERTA – presidente a votação de PCH não tem que ser por  
1654 microfone e identificado não? JUANITA – quando aprova PAS e execução de PAS que  
1655 é LI e LO. ROSILENE – alterar resolução 398/12, artigo 1º substituindo o nome PCH  
1656 Mucuri e PCH Oliveira. JUANITA – sim, foi identificado agora tem que retificar.  
1657 Finalizou? A Resolução saiu com o nome errado da PCH, no artigo ela saiu com o  
1658 nome errado. Foi identificado agora depois de um ano. Bom! Finalizamos a comissão  
1659 de normas. Vamos passar para a comissão de financiamento e orçamento.  
1660 FERNANDO – boa tarde! Ontem a Andrea estava na mesma reunião que a Roberta da  
1661 conferência, participamos Cristiane eu e o João Ademar, a ausência foi o Amim e o Sr.  
1662 Jorge que não justificaram e uma ausência justificada. Primeiro ponto que é de  
1663 discussão, não vou me ater a leitura dele porque não tem nenhum encaminhamento  
1664 para esse ponto, que é a LDO para 2014 que na discussão é a respeito de se incluir

1665 na lei de diretrizes orçamentária o não contingenciamento da assistência social. Então  
1666 é uma coisa que foi discutida para a comissão guardar nos seus autos. Então por isso  
1667 não dá para ser feito nada. Para ser encaminhado pela SEDESE e para SEPLAG, é só  
1668 uma discussão. JUANITA – está garantido para esse ano, não! FERNANDO – não  
1669 está garantido, o não contingenciamento da assistência social. JUANITA – entretanto  
1670 está na assembléia ainda. E o papel desse conselho inclusive de fazer uma ação na  
1671 assembléia no sentido de garantir. Estou só lembrando. MARCELO – posso sugerir.  
1672 Poderíamos sair com uma deliberação com uma proposição para a comissão de  
1673 participação popular, que faça constar uma emenda que garanta esse não  
1674 contingenciamento. JUANITA – claro. Vocês concordam conselheiros? Ok aprovado!  
1675 FERNANDO – segundo ponto de discussão, foi o plano de assistência social  
1676 2012/2013. Síntese da discussão, em novembro de 2012, foi realizada a apresentação  
1677 do plano de assistência social para a SUBAS/SEDESE para análise. Naquela ocasião  
1678 a discussão sobre esse tema foi à adequação desse importante instrumento que  
1679 orienta as ações no âmbito do SUBAS, foi acordado encaminhamento para a  
1680 comissão de política apreciar e deliberar na plenária 175º do dia 11/12/2013.  
1681 Entretanto a SUBAS SEDESE não encaminhou as alterações até a presente data.  
1682 Então como sugestão de encaminhamento: ofício para a SEDESE solicitando o plano  
1683 para 2012/2015 com as devidas adequações discutidas e propostas nas reuniões do  
1684 CEAS para deliberação de vocês. CRISTIANE – na verdade eu que pedi esse ponto  
1685 de pauta. Pedindo esclarecimento sobre este plano. Ele foi analisado, mas não foi  
1686 aprovado então lembrando que está co essa pendência. Eu pedi esse ponto de pauta  
1687 na comissão. ROBERTA – eu continuo insistindo que o plano de assistência social, ele  
1688 deva ser uma pauta conjunta, já que a pedido seu ele vier, que ele seja uma pauta  
1689 conjunta das duas. JUANITA – bom! Com relação ao plano de assistência eu peço  
1690 desculpas por não ter encaminhado, mas eu já conversei coma mesa diretora logo  
1691 quando eu assumi. Para eu assinar o plano de assistência na forma como estava eu  
1692 não teria como assinar o plano para cá. Isso eu levei na mesa diretora em fevereiro e  
1693 eu estaria reformulando o plano de assistência social. Eu já iniciei minha fala pedindo  
1694 desculpas pelo atraso e que esse conselho não é responsável pela minha agenda  
1695 complexa de três lugares que eu coordeno. Ele já está pronto e está passando pela  
1696 finalização da pessoa que escreve e depois tem que corrigir. Mas eu já peço  
1697 desculpas e será encaminhado para a próxima plenária, por favor. A Subsecretária  
1698 Roberta também está me devendo porque eu penso que na assistência existem ações  
1699 intersetoriais e ela faz parte. Mas no mais no âmbito da assistência, eu me  
1700 comprometo vencendo a pobreza será encaminhado com antecedência, para a  
1701 comissão pela secretaria executiva para encaminhar para os conselheiros. Volto a

1702 pedir desculpas a esse plenário. FERNANDO – então terceiro ponto. JUANITA – tá  
1703 aprovado o encaminhamento de aprovar o ofício à gestão. Nós já aprovamos aqui.  
1704 (risos e falas ao fundo), porque eu já pedi desculpas e significa que estou errada. Ser  
1705 puxada orelha pelo conselho. FERNANDO – terceiro e último ponto é sobre a  
1706 orientação sobre o piso mineiro nas conferências. Síntese da discussão. Durante a  
1707 reunião da comissão foi levantado o tema em referência com objetivo de orientar os  
1708 conselhos municipais nas conferências de assistência social tendo em vista que o  
1709 município relator não tem recibo recursos do piso mineiro. Assim ficou acordado em  
1710 reunião que a SUBAS justificasse a atual situação sobre os recursos, para que os  
1711 municípios tenham ciência sobre a questão levantada e assim realizar fundamentação  
1712 adequada. O que nós discutimos, é que seria interessante é que o conselho pode ser  
1713 no plano que ele fez e ele não fez e a culpa seja dele e o conselho tenha respaldo da  
1714 SEDESE e tenha o recurso. JUANITA – eu acho que não só do piso, eu gostaria de  
1715 sugerir que o conselheiro fosse com o painel do município até para orientar com essa  
1716 situação. A nossa fala vai ser com o objetivo de apoiar o controle social, temos que dá  
1717 apoio a todo o piso. Mas acho que é bacana. Solicitar a SUBAS situação desse  
1718 município por completo. FERNANDO – que ótimo. CRISTIANE – eu só quero ressaltar  
1719 que eu estive no município de morro da garça e eu passei por essa situação. Como eu  
1720 não fiz a coleta de informação antes. E estamos falando de financiamento e gestão. E  
1721 durante a apresentação do orçamento do município pela gestora da conferência. Ela  
1722 informou que não tinha recebido o piso mineiro. E quando eu disse que a situação é  
1723 relacionada ao plano de serviço, ela disse não! O nosso plano de serviço está OK!  
1724 Você ir com as informações de como está o município é importante para não ter  
1725 problemas perante a plenária. JUANITA – Roberta! ROBERTA – eu só quero alertar o  
1726 seguinte quanto mais informação é importante. Não podemos achar que é  
1727 constrangimento não Cristiane, porque é assim. Determinadas perguntas não é o setor  
1728 nosso que tem que responder. O papel que fazemos como conselheiro e se ela  
1729 levantou essas questões, acho que temos que evitar o que é quando não sabemos o  
1730 que é. Por exemplo, falar assim acho que pode ser isso ou aquilo, porque se não tem  
1731 a certeza da informação e pode receber essa resposta e fica de saia justa. Penso que  
1732 temos que trabalhar com o próprio conselho municipal que ele tenha essas  
1733 informações, porque toda a questão da gestão é feita com ferramentas na tecnologia  
1734 de acesso ao conselho. Do ponto de vista do repasse do estado o conselho manifesta  
1735 no plano de serviço, então o conselho tem que ter essa informação. O conselho local,  
1736 não o Estadual, dominar essas informações aí acho que tem que voltar a bola para  
1737 quem de direito. A questão municipal volta o questionamento para a plenária e se for  
1738 de competência do conselho ele terá que responder isso, porque ele tem que ter essa

1739 informação. Por mais informação que temos aqui essa informação ela muda, chega lá  
1740 e é outra realidade. Não acho que isso é constrangimento acho que é uma questão  
1741 inclusive de fomentar o conselho municipal. Quem tem que responder isso é o próprio  
1742 conselho municipal, porque ele assina nessas ferramentas. CRISTIANE – só uma  
1743 questão de complementação. Acho que o constrangimento maior é o município não ter  
1744 recebido até hoje. Nós estamos no mês de junho e ele não ter recebido o recurso que  
1745 deveria ter passado. Então assim a informação é importante conselho ir com essas  
1746 informações é extremamente importante. Pra que Estadual está fazendo que o recurso  
1747 não foi repassado, nesse sentido que é importante a informação para evitar.  
1748 FERNANDO – então como encaminhamento é ofício para a SEDESE verificando a  
1749 atual situação do recurso, ai no caso teríamos que trocar seria do piso e seria do  
1750 FEAS, e como nota que a secretaria executiva do CEAS encaminhará para SUBAS a  
1751 relação com o nome dos municípios. JUANITA – ok! Fechado a comissão. Bom!  
1752 Chegou agora nas nossas mãos a justificativa de ausência do conselheiro Geraldo.  
1753 Tenho um parente internado com suspeita de AVC. Então tá registrado a situação da  
1754 justificativa. Relato a comissão de apoio a conselhos municipais de assistência social.  
1755 ANALIA – então com a ausência do Geraldo, é passo as informações, porque na  
1756 verdade não temos nenhum ponto de encaminhamento. Ficou deliberado que nós  
1757 estaríamos para a plenária só quando estivesse deliberação. Não é isso? O restante  
1758 era informação. ROBERTA – vocês agora trouxeram informação riquíssima para nós.  
1759 ANÁLIA – vou chegar lá. Esse é. É porque ontem nós tivemos apenas convite para  
1760 capacitação de conselheiros de municípios isoladamente e o encaminhamento foi  
1761 fazer a mobilização através das URCMAS e onde não há URCMAS fazer da mesma  
1762 forma a mobilização para criação da URCMAS. O segundo ponto foi sobre fechamento  
1763 de CRAS, então toda a documentação comprovando que o serviço PAIF está em  
1764 funcionamento, mas surge da mesma forma alguns questionamentos da comissão a  
1765 algumas correspondências que chegaram, porque a gestora coloca que os  
1766 conselheiros eles foram indicados. Ela coloca que os conselheiros têm sobre uma  
1767 entidade, que as entidades podem ser registradas no conselho então tem equivoco de  
1768 nomenclatura, conselho não registra ela inscreve. Conselho não indica sociedade civil  
1769 ele escolhe. Então tem todo o processo de escolha. É uma correspondência  
1770 informando ao município com relação ao funcionamento do conselho. Com relação à  
1771 capacitação das URCMAS a data é. (falas ao fundo). ROBERTA – estamos com  
1772 dificuldades de acompanhar a comissão de apoio, todo relatório se tem para deliberar  
1773 ao não ela deveria ser projetada para todos acompanharem. (falas ao fundo) JUANITA  
1774 – enquanto aguardamos, vamos puxar inclusive alguns informes, pode ser? Quem  
1775 solicitou informes foi o Marcos! MARCOS – está repassando ai são convites e

1776 cortesias para a agriminas que ano passado avisamos e algumas pessoas foram nós  
1777 visitar. É uma feira de agricultura familiar, que temos gêneros alimentícios, cachaça,  
1778 vinho, tem de tudo, rapadura, queijo e vem de todos os cantos de minas gerais, não  
1779 são só pessoas físicas, tem cooperativas, associações, tem grupo de mulheres que  
1780 vem para trazer, para vender, para expor, queria deixar os convites, mas se não dá  
1781 Juanita peço para verificar e mandamos pela Nilce, quantas que precisarem e já  
1782 deixamos o convite para vocês nos visitarem. JUANITA – Claro! Me parece que no  
1783 CEAS deu para todo mundo, mais a família que vai junto. MARCOS – como aqui são  
1784 entidades, depois quem quiser pode solicitar que enviamos as cortesias. JUANITA –  
1785 estão ouvindo né! As entidades aqui presentes que tiverem interesse no numero  
1786 maior. Obrigada Marcos, vamos lá prestigiar a FEPAEMG. Conselheiro Marcelo.  
1787 MARCELO – Juanita é na última. JUANITA – está difícil concentrar por conta do  
1788 barulho. MARCELO – o ultimo telepresencial qual foi o tema abordado. Serviço de  
1789 convivência. JUANITA – o ultimo curso, atendimento à família na proteção social  
1790 básica. MARCELO – isso. É palestrante que fez foi ... JUANITA – professora Maria  
1791 José. MARCELO – bom! Eu tive a informação de que a fala que ela fez, foi uma fala  
1792 que contraria a política de assistência social. A forma como ela apresentou a  
1793 metodologia na fala dela é uma forma sistêmica e a maioria dos autores que ela  
1794 apresentou são autores que tratam da psicológica clínica, que, portanto, vai na  
1795 contramão daquilo que trabalhamos que é dentro de uma lógica de uma psicologia  
1796 social, não sei se isso tem fundamento, isso chegou de uma forma ampasã que não  
1797 tenho essa clareza e gostaria de informações sobre isso. JUANITA – na verdade  
1798 quando convidamos a professora Maria José, uma professora aposentada da UFMG,  
1799 psicóloga, e tem uma experiência em criou a metodologia do atendimento sistêmico  
1800 na lógica do atendimento terapêutico, nós recebemos a orientação da gestora e  
1801 conselheira Estadual Anália que implantou essa metodologia lá, eu chamei a  
1802 professora para conhecer a metodologia e ela nós disponibilizou os livros, que essa  
1803 metodologia que ela descreve. Na verdade Marcelo, na minha experiência, essa  
1804 metodologia não contradiz em nada a política de assistência social, porque é um  
1805 modelo na verdade assistência social o SUAS não existe uma metodologia de trabalho  
1806 a atendimento á família. Não existe um método. Métodos são vários e é o município  
1807 que tem que implantar o seu. Quando levamos a professora Maria José ela foi para  
1808 falar de uma prática sistêmica e inclusive na abertura do curso eu fiz essa fala para os  
1809 gestores, era para ampliar o universos dos gestores quando ele fosse pensar no  
1810 método de atendimento à família. Então se tem algum de vocês que conhecem que  
1811 existe um metodologia única de atendimento no âmbito do SUAS eu pessoa  
1812 desconheço, falar que aquela metodologia não é a do SUAS eu não concordo, porque

1813 é uma metodologia na lógica sistêmica, na psicologia clínica, porque na apresentação  
1814 dela que passou pelo meu crivo, não demonstrou e não ficou claro em hipótese  
1815 nenhuma. Com relação aos autores que ela cita. Eu não posso te falar porque eu não  
1816 conheço a leitura dos autores, mas a apresentação dela foi corrigida pela minha  
1817 pessoa. Então assim a metodologia divulgada por ela sistêmica não contradiz de  
1818 forma nenhuma ao SUAS, então se alguém quiser, entendeu? MARCELO – eu só  
1819 trago porque foi algo que chegou para nós e na condição de conselheiro, e se é uma  
1820 fala que é na contramão do que estamos trabalhando então é preocupante. Mas se  
1821 você está nos explicando isso e está demonstrando que atentou e que houve uma  
1822 preocupação por parte da gestão nesse aspecto eu me sinto. ANÁLIA – Você  
1823 inscreveu antes de mim? ROBERTA – eu só queria sugerir Marcelo, porque do ponto  
1824 de vista da gente da gestão, fica muito complicado trazer uma questão e dizer que  
1825 falaram. Eu queria sugerir assim até para darmos encaminhamento, eu queria sugerir  
1826 assim, inclusive todos os CDs da telepresencial são gravadas, então não há problema  
1827 nenhum. JUANITA – estão sendo encaminhados no conselho. ROBERTA – sugiro que  
1828 não seja alvo de discussão da plenária até que não tenha algo concreto. Estou  
1829 dizendo porque quando você coloca a Juanita fez a exposição na defensiva, o que  
1830 perceber só para institucionalizar a indagação, inclusive para você dá a resposta a  
1831 quem te perguntou. Para quem te perguntou essa questão, pra quem colocou. Você  
1832 dizer eu assiste a filmagem, foi alvo de discussão na comissão de política, nós  
1833 percebemos que não é esse entendimento até para formalizar a resposta, estou  
1834 tentando dá um encaminhamento para quem colocou isso, porque no telepresencial,  
1835 no debate qualquer coisa que viermos debater funciona do ponto de vista até mais  
1836 técnico. JUANITA – inclusive com essa temática você tem mais opção técnica.  
1837 Conselheira Anália. ANÁLIA – então eu queria falar que recebemos várias ligações,  
1838 dizendo da satisfação de termos a professora Maria José mostrando uma forma de  
1839 trabalhar as relações interpessoais que através de rodas de conversa. Ela passou dois  
1840 vídeos, um inclusive do Estado de Goiás, trabalhando com o Ministério Público,  
1841 resolvendo questões da comunidade através das rodas de conversação. Fico até  
1842 assustado com quem falou dos autores. Um beijo maturano que fala da biologia do  
1843 amor. As pessoas têm que estar implicadas em ser autônomas na questão dos  
1844 problemas. Então quer dizer é uma forma que temos que fazer. Então como fazer  
1845 realmente a política de assistência social, sem que a Roberta sempre dizia nas  
1846 capacitações, em sedex, encaminha para lá e encaminha para cá. Encaminha no  
1847 centro e o serviço em torno dela. E o Lorrann que trás a complexidade, nós trabalhamos  
1848 dentro da complexidade, a intersectorialidade dos serviços públicos. Então realmente  
1849 pode ter falas contrárias e tem as favoráveis e é uma forma muito importante. E

1850 quando eu dei a sugestão para a Juanita, foi dentro de uma experiência e índice que  
1851 tem dado certo. Já penso o que é trabalhar violação de direitos e você vai fazer o  
1852 atendimento psicossocial e fala agora você está em território do CRAS então você vai  
1853 ser atendido lá. E não chama a rede de serviço em torno. É uma forma interessante  
1854 em se trabalhar a política transversal. JUANITA – bom conselheiro Sérgio! Microfone  
1855 por favor. Na verdade está na hora dos informes. Nós adiantamos até a súmula  
1856 chegar. A Súmula chegou acabou o informe das pessoas que chegaram. Você quer  
1857 fazer um informe? SÉRGIO – Só para concluir. JUANITA – você pediu a fala? Eu  
1858 também não vi. MARCELO – Há desculpa! É porque em cima das indagações que  
1859 foram colocadas, qualquer questão da escolha de quem faz de quem fala. Eu só quis  
1860 trazer algo e penso que não é de tamanha importância de ter que citar nomes, como  
1861 Roberta está querendo que faça. Na verdade é algo que foi posto e é importante que  
1862 seja apresentado, até mesmo como forma de crescimento do conselho e da gestão.  
1863 Na verdade pode ser alguém que foi convidado e falou e falou bobagem. Mas como a  
1864 presidente e falou estou satisfeito. JUANITA – na verdade eu não ouvi a conselheira  
1865 Roberta solicitar nomes. É só uma correção em cima. Na verdade como o  
1866 telepresencial é uma capacitação organizada pela gestão e todas as representações  
1867 ela passa por nosso crivo. É avaliação da gestão que não viu nenhuma contradição e  
1868 contramão no âmbito do sistema único. Então eu já iniciei a minha fala no  
1869 telepresencial quem estava aqui ouviu, é mais uma possibilidade que o município  
1870 reflita de que forma ela irá fazer o atendimento à família. Não existe um método. Existe  
1871 N métodos. Depende do embasamento teórico que você pega para construir o modelo.  
1872 VOLNEY – eu estive na telepresencial em BH um dia e me parece que não houve uma  
1873 avaliação para que nós fizéssemos uma aula “esposta”. Em respeito à minha colega  
1874 que fez a apresentação, mas eu gostaria de acessar depois a avaliação que foi feita  
1875 pelos pólos em relação à aula. Eu não queria me pronunciar, mas eu gostaria de ter  
1876 acesso a avaliação depois. JUANITA – mas quanto a isso eu quero esclarecer.  
1877 Quando você fala da avaliação do material que foi, este conselho não tem que avaliar  
1878 o material que nós levamos para o telepresencial. VOLNEY – não é do material é o  
1879 feedback. JUANITA – é a avaliação dos pólos com relação à aula. Esse conselho está  
1880 me solicitando à avaliação dessa aula. VOLNEY – porque no pólo de BH não recebi  
1881 para avaliar. JUANITA – é porque a avaliação é feita no sistema. Você tem acesso,  
1882 porque quando se cria a inscrição no sistema, cria-se uma senha e login para você.  
1883 Inclusive no sistema de acompanhamento do telepresencial estão lá, tem fórum, tem  
1884 debates, todas as perguntas que não foram respondidas vai para este sistema e o  
1885 próprio aluno vai para aquela avaliação lá. Inclusive é o que nos subsidia para fazer o  
1886 retorno de lá. VOLNEY – se pudesse apresentar o feedback dessa aula de toda a

1887 Minas Gerais. JUANITA – claro! Nós trazemos do pólo. Conselheiro Sérgio. SÉRGIO –  
1888 gostaria de dá um informe, estou chegando agora. Mas acho que ficamos muito  
1889 limitados se formos fazer opções de uma linha etimológica na construção de política  
1890 pública. Se formos optar visão etimológica para construir uma política pública de  
1891 assistência ficamos muito limitados, as pessoas se expressam, tem suas linhas, as  
1892 pessoas concordam ou discordam. Então acho que a democracia é trazer um  
1893 conhecimento. O que quero dizer com isso é que mesmo isso posto ao sistema não  
1894 deixa de ser rico para uma discussão. Qual o problema de se pensar diferente em  
1895 política pública. A política pública se constrói com o diferente, porque se for todo  
1896 mundo igual ai não se constrói. O que eu quero dá é um informe, porque não sei se já  
1897 foi dado. É um final de semana antes da conferência Estadual, será a conferência das  
1898 APAES, vai ser no Minas Centro congresso de 2700 pessoas, enfim, é um congresso  
1899 internacional é na área da deficiência e tem interface com o conselho e gostaria de  
1900 colocar que se conselho tiver e colocar uma vaga ao conselho. É dia 11 a 13 de  
1901 outubro, muito em cima da conferência. Não sei se será possível. Mas gostaria de  
1902 colocar para alguém conselheiro que tem interesse, nosso presidente vai falar, terá  
1903 alguns atores governamentais, e da academia com usuários do sistema de assistência  
1904 e seria importante a presença do conselho e se alguém se interessar a vaga ta  
1905 garantida. JUANITA – já que já foi disponibilizada a vaga para o congresso e é sempre  
1906 muito importante da federação das APAES nós já colocamos aqui se algum  
1907 conselheiro tem interesse. A inscrição é por meio de um sistema. Ele está informando  
1908 agora! A inscrição vai até quando Sérgio? Há ta então temos tempo, vou pedir para  
1909 encaminhar o ofício por meio digital e enviamos para os conselheiros e eles avaliam  
1910 ok! Conselheira Roberta. ROBERTA – Sérgio não posso calar diante da sua fala é que  
1911 está tendo um entendimento assim. O que o Marcelo trouxe para nós nessa reflexão  
1912 com relação à fala dele. Não é nesse extremo que você colocou, não é dizer que na  
1913 construção da política não estamos aberto ao diferente é porque, estou tentando  
1914 clarear e você me corrija. Nós tivemos um grande desafio na construção do CRAS e  
1915 CREAS do psicólogo na construção do SUAS. E uma das coisas que tivemos o maior  
1916 temor é a psicologia clínica, por isso a fala do Marcelo. O que percebemos nos  
1917 primeiros anos que trabalhamos esse instrumento público. Do ponto de vista do  
1918 psicólogo ele tem dia para isso. Todo aquele atendimento que era feito na saúde  
1919 clinico ele estava sendo centralizados para esses dois equipamentos. JUANITA – até  
1920 porque era muito novo né Roberta. ROBERTA – exatamente então nós tivemos que  
1921 desconstruir toda essa pratica. Sabemos que em determinados lugares essa pratica  
1922 ainda existe. Como do ponto de vista do profissional da assistência ele voltou a ser um  
1923 profissional burocrático. Ele estava perdendo a interação com a comunidade, de vista

1924 domiciliar, que é uma das ferramentas que dentro do serviço social é muito utilizado no  
1925 trabalho com o usuário. Então quando o Marcelo trás isso é nesse temor. Porque foi  
1926 algo que combatemos muito. E não é nessa linha que você colocou, pelo contrario.  
1927 Isso que você colocou, nós viemos bebendo dessa fonte. Até porque a política de  
1928 assistência e muito nova, então ela precisa perceber desses conceitos, para nossa  
1929 estruturação. JUANITA – então vamos continuar então, finalizamos os informes.  
1930 Vamos continuar então conselheiros! Iniciar na verdade a sumula da comissão de  
1931 apoio aos conselhos municipais de assistência. Anália. ANÁLIA – então eu volto a  
1932 dizer que ficou claro ontem na comissão que não era para vir essa apresentação para  
1933 a plenária, porque não tinha deliberação, por isso que não estava ali. Então se eu  
1934 estou equivocada, então me perdoem, esse é um informe. Exceto quando a Roberta  
1935 trás essa enorme contribuição quando não foi casada essa informação que o CNAS  
1936 passou com a realização das conferências. CRISTIANE – só uma questão de ordem.  
1937 Isso já não foi deliberado? Eu entendi que isso já havia sido deliberado. JUANITA –  
1938 olha só o que estamos falando aqui são coisas de extrema importância e temos que  
1939 pensar. Se ela não tivesse trazido essa situação da questão dos conselhos, por uma  
1940 ação mais ampla da comissão, inclusive de política que estava trabalhando um  
1941 município específico. Quando ela apresenta um dado que ela não iria apresentar e  
1942 trazer para cá, foi ampliado mais. Então agora que a conselheira Roberta pediu para  
1943 trazer e que ela colocou a situação que não foi solicitado para trazer porque não foi  
1944 deliberado, eu penso que não houve nenhuma perda de trazer. Ao contrário.  
1945 ROBERTA – o que estou chamando a atenção, e com o coração aberto Anália, é que  
1946 você tinha essa informação e isso era assunto para deliberação. E quando nós não  
1947 trouxemos para deliberação. Eu estou dizendo que não é verdade. Veja bem. O que  
1948 estou dizendo, tinha uma informação e que vocês tiveram acesso e eu não sei em que  
1949 momento. E se não foi alvo de discussão na comissão ele deveria. Se ele não foi  
1950 discutido lá se discutiram outras coisas e não tem nada para deliberar. Vocês tem um  
1951 dado de comissão de apoio importante não leva isso para deliberar no conselho. Para  
1952 dizer assim, nós temos esse dado e vai dizer esse assunto que nós vamos deliberar.  
1953 Estou dizendo isso. Parece que a pauta da comissão, já foi assunto que já levantei  
1954 aqui, sem querer ser chata. Para ficar atento quais são as pautas que devemos  
1955 discutir nas comissões para nós trazeremos para a plenária. ANÁLIA – concordo  
1956 Roberta! Inclusive podemos começar por ele, porque é de suma importância. O que  
1957 passou lá foi, chegou um comunicado. Informes da comissão. É o que seria trazido  
1958 informes. Chegou um comunicado do CNAS que o estado conta com 159 municípios  
1959 com gestão do conselho inserido no CAD SUAS, o que foi feito enviado e-mail os  
1960 municípios. Isso é que estou te falando. Quando você trouxe o dado ficou entendido

1961 por um membro da comissão que isso é muito mais grave, não é só mandar e-mail  
1962 para os municípios que está em momento de conferência. Isso realmente não foi  
1963 aprofundado, você está coberta de razão. JUANITA – só queria fazer uma  
1964 contribuição. Só para esclarecer. Todos os informes vão para os conselheiros. Tudo  
1965 que chega no CEAS vocês recebem por e-mail, inclusive uma carga grande de  
1966 informe. Quando o informe vai para a comissão de apoio, porque na análise técnica  
1967 que está a fé da comissão de apoio. É a comissão de apoio que tem que fazer essa  
1968 reavaliação se ela continua como informe ou se vai para deliberação. ANÁLIA – essa  
1969 foi a falha. Enviado também a relação dos 158 que vencerá o mandato em agosto,  
1970 para estes também está sendo enviado e-mail, mas não basta isso, e agora nós  
1971 vamos levantar o que mais. E foi enviado e-mail aos municípios., com pendência na  
1972 prestação de contas, foram aqueles que não demonstraram a prestação do serviço.  
1973 Convenio de vencimento CREF, tem nome dos municípios, centro Pop, acolhimento  
1974 em situação de rua e CRAS, foi encaminhado e-mail para estes municípios solicitando  
1975 a implementação dos serviços. Com relação aos municípios com mandatos vencidos,  
1976 nós agora vamos levar, estamos trazendo para a plenária se é isso que vamos fazer.  
1977 Uma ação mais efetiva, fazer o cruzamento desses 159 municípios com vistas a  
1978 realização da conferência. Quem realizará! Acho que podemos pegar primeiro a lista  
1979 dos que estão nos convidando para a conferência e verificar se estão na relação dos  
1980 159. Além disso, para o processo de escolha do CEAS verificar no edital que temos  
1981 essa preocupação. Só poderá concorrer à vaga do conselho Estadual se estiver com o  
1982 mandato do conselho atualizada. E então ai fico aberta para contribuições para  
1983 trazeremos uma deliberação nesse sentido. Porque os outros são somente informe.  
1984 JUANITA – na verdade isso já foi deliberado na comissão de política. Então nós  
1985 fizemos na hora que você trouxe o informe e levou para lá. ANÁLIA – mas não falou  
1986 da eleição do conselho Estadual. Desculpa! JUANITA – na hora que vai fazer o  
1987 batimento dos dados é solicitar que comprove o andamento do conselho, com relação  
1988 á atas, resolução. OK! ANÁLIA - Então voltando para o ponto 1 que foi pedido. Não  
1989 podemos esperar a próxima plenária. É só então o que passou pela comissão.  
1990 JUANITA – e tem mais coisas para deliberar? ANÁLIA – Para deliberar não. Foi só  
1991 pedido de capacitação e a capacitação das URCMAS será realizada no dia 28 aqui  
1992 nesse auditório e todos que foram convidados confirmaram, são 14 URCMAS e o  
1993 CEAS está garantindo a vinda dos conselheiros. JUANITA – bom, senhores  
1994 conselheiros, finalizamos a plenária de hoje, gostaria de agradecer a participação de  
1995 hoje e continuam aqui nesse plenário os conselheiros que serão capacitados pelo  
1996 Marcelo. Não é isso? Obrigada a todos! Nada mais havendo, encerrou-se a presente  
1997 ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.